

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

KAREN LUDMILLA BARRETO DE AVILA

**PROJETO DE INSERÇÃO DAS MULHERES NA LINHA DE ENSINO
MILITAR BÉLICO: AVANÇOS E POTENCIAIS DESAFIOS DA POLÍTICA DE
INSERÇÃO DAS MULHERES NA AMAN**



Rio de Janeiro

2022

KAREN LUDMILLA BARRETO DE AVILA

**PROJETO DE INSERÇÃO DAS MULHERES NA LINHA DE ENSINO MILITAR
BÉLICO: AVANÇOS E POTENCIAIS DESAFIOS DA POLÍTICA DE INSERÇÃO
DAS MULHERES NA AMAN**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como parte do processo para obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Orientadora: Professora Dra. KARINA FURTADO RODRIGUES

Rio de Janeiro

2022

A958p Avila, Karen Ludmilla Barreto de.

Projeto de inserção das mulheres na linha de ensino militar bélico: avanços e potenciais desafios da política de inserção das mulheres na AMAN. / Karen Ludmilla Barreto de Avila. —2022.

68 f.: il. ; 30 cm

Orientação: Karina Furtado Rodrigues.

Dissertação (Mestrado em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia: f. 63-68

1. PISFLEMB. 2. AMAN. 3. MULHERES NAS FFAA. 4.ENSINO MILITAR. 5. INSERÇÃO FEMININA. I. Título.

CDD 355.348

KAREN LUDMILLA BARRETO DE AVILA

PROJETO DE INSERÇÃO DAS MULHERES NA LINHA DE ENSINO MILITAR BÉLICO:
AVANÇOS E POTENCIAIS DESAFIOS DA POLÍTICA DE INSERÇÃO DAS MULHERES NA
AMAN

Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-
Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Ciências Militares.

Aprovada em 29 de novembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

DocuSigned by:

Karina Furtado Rodrigues

581610046036435...

KARINA FURTADO RODRIGUES – Profª Drª – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME

Documento assinado digitalmente

gov.br

ANA LUIZA BRAVO E PAIVA
Data: 02/12/2022 11:11:22-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

ANA LUIZA BRAVO E PAIVA – Profª Drª – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME

Documento assinado digitalmente

gov.br

RICARDO ZORTEA VIEIRA
Data: 02/12/2022 11:25:20-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

RICARDO ZORTEA VIEIRA – Prof Dr – Membro
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Ciente

Karen Avila

KAREN LUDMILLA BARRETO DE AVILA – Postulante
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Para todas as mulheres fortes e corajosas que passaram por minha vida. Sem as dores e sabores doces de suas trajetórias, nada disso seria possível. Caminhamos juntas. Sempre.

Em especial minha flor do Egito, mamãe Marisa e minha querida Vó Marilú.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha orientadora Dra. Karina Rodrigues por todo o apoio, conselhos e sobretudo a paciência durante a execução deste trabalho. Sem sua empatia, solidariedade e sobretudo carinho essa etapa em minha vida não seria concluída.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ por todo o suporte financeiro, por acreditar em minha pesquisa e nos frutos futuros que espero proporcionar em minha área de pesquisa

Agradeço também as palavras carinhosas de todos os professores desta instituição que dispuseram de um tempo precioso para me ajudar a alcançar este título tão sonhado e desejado. Destacando as queridas professoras Dra. Ana Luiza Paiva, Dra. Mariana Carpes e o querido professor Dr. Luiz Rogério Goldoni. Ter vocês nessa empreitada me mostrou que o ambiente acadêmico pode ser sim acolhedor e multiplicador de ideias brilhantes e possíveis.

Minha família que tanto sofreu comigo ao longo de todo o processo. Minha querida mamãe Marisa que no auge da pandemia que vivemos, fez seu amor presente das mais diversas formas. Sem a senhora eu não conseguiria chegar aonde cheguei. Aos meus queridos irmãos Magnus e Rafael. Que eu possa sempre estar de mãos dadas com vocês assim como vocês estiveram comigo. Meu querido pai Allan pelos conselhos e sabedoria aplicados nos momentos certos. Sempre me mantendo firme, longe de ser um “prego no angú”.

Ao meu querido companheiro Franco que aguentou poucas e boas comigo ao longo desse processo. Seu lugar no céu já está garantido. Através dele, tive contato com pessoas de mente e corações brilhantes. Minha querida sogra Mônica que praticamente me alfabetizou academicamente falando, e foi uma base sólida de conselhos e apoio. Minha querida Vó Marilu (in memoriam) que sempre acreditou em mim, muitas vezes mais do que eu mesma poderia fazer. Meu sogro Fabio e suas piadas e canções para gatinhos. Um lado leve e carinhoso que foi mais que necessário. Minha querida tia Adriana e minha prima Juliana que sempre me acolheram e não soltaram a minha mão em momento algum.

Por último, mas não menos importante, gostaria de deixar minha gratidão eterna a todos os companheiros que passaram por essa jornada nas salas virtuais da ECEME. Um carinhoso obrigada ao Mj Dan Mili, irmão que a vida me deu, Mj Eliezer que foi o conceito de família militar na prática, Mj Villa e toda sua atenção e carinho às minhas dúvidas, Mj Souza Nunes e Mj Josias por ser o pedacinho de Minas nas terras da Guanabara. Dentre os civis, agradeço muito a todos. Principalmente a minha grande amiga Amanda Bernardes. Ter você ao meu lado nesse processo foi o maior presente que esse mestrado poderia me dar.

Que todo meu esforço e empenho volte em forma de sachês para Toni, Branquinha e Gardenal meus amores (e amparos) felinos.

RESUMO

No ano de 2013, a partir da Portaria nº 11, do Estado-Maior do Exército (EME), de 1º de fevereiro de 2013, que estabelece o ingresso da mulher nos cursos de formação de militares de carreira da linha combatente, o Exército Brasileiro se volta para processo de inserção, adaptação e reconfiguração da formação e carreira de seus oficiais combatentes. A partir de 2017, o Exército Brasileiro implementou, pela primeira vez, o Curso de Formação de Oficiais Combatentes para o público feminino da Força, realizado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Desta forma, houve necessidade de modificações para melhor adequação das escolas de formação à nova sistemática, a fim de possibilitar as melhores condições para alunas e cadetes se desenvolverem operacional, física e moralmente. Neste sentido, o presente trabalho buscou compreender como foi conduzida a política de inserção de mulheres na AMAN no período de 2017 a 2021. Almeja-se apreender avanços e potenciais desafios nessa introdução feminina na academia de maior prestígio para formação inicial de carreira no Exército Brasileiro. Para isso, o estudo utilizou-se de metodologia inferencial descritivo a partir de análise documental e entrevistas com personagens atuantes nas instituições que permeiam o Projeto Inserção do Sexo Feminino na Linha de Ensino Militar Bélico do Exército Brasileiro (PISFLEMB-EB).

Palavras-chave: *Exército Brasileiro; Inserção do Sexo Feminino; PISFLEMB-EB.*

ABSTRACT

In 2013, with the enactment of Ordinance no. 11 of the Army General Staff (EME), dated February 1, 2013, which established the admission of women into the training courses for career military officers of the combatant line, the Brazilian Army turned to the process of insertion, adaptation and reconfiguration of the training and career of its combatant officers. As of 2017, the Brazilian Army implemented, for the first time, the Combatant Officers Training Course for the female public of the Force, held by the Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Thus, there was a need for changes to better adapt the training schools to the new system, in order to provide the best conditions for female students and cadets to develop operationally, physically, and morally. In this sense, this study sought to understand how the policy of insertion of women in the AMAN was conducted in the period from 2017 to 2021. The goal is to understand the advances and potential challenges of introducing women into the most prestigious academy for initial career training in the Brazilian Army. To this end, the study used a descriptive inferential methodology based on document analysis and interviews with characters acting in the institutions that permeate the Project Insertion of the Feminine Gender in the Military Warfare Education Line of the Brazilian Army (PISFLEMB-EB).

Keywords: *Brazilian Army; Female Gender Insertion; PISFLEMB-EB.*

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Dados sobre os entrevistados presentes nessa pesquisa.....	19
Quadro 2 - Organização Social Militar. Institucional vs Ocupacional.....	24
Gráfico 1 – Notas dos Aprovados (2017)	37
Gráfico 2 – Notas dos Aprovados (2020)	38
Gráfico 3 – Desempenho dos cadetes de sexo masculino e feminino da turma de 2017 da AMAN.	45
Gráfico 4 – Competências militares que as cadetes/alunas possuem em melhores condições que os cadetes/alunos do sexo masculino.....	54
Gráfico 5 – Competências militares que as cadetes/alunas possuem em piores condições que os cadetes/alunos do sexo masculino.	54
Gráfico 6 – Aceitação do cadete/aluno do sexo masculino em ser comandado por uma cadete/aluna do sexo feminino.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras

DOU – Diário Oficial da União

EB – Exército Brasileiro

ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

EM-EB – Estado-Maior do Exército Brasileiro

EsPCEx – Escola Preparatória de Cadetes do Exército

EsAEX - Escola de Administração do Exército.

EsSEX - Escola de Saúde do Exército.

FAB – Força Aérea Brasileira

FFAA – Forças Armadas

MB – Marinha do Brasil

PISFLEMB-EB – Projeto Inserção do Sexo Feminino na Linha de Ensino Militar Bélico do Exército Brasileiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	OBJETIVOS.....	15
1.2	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	16
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	16
1.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1	MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA 27	
2.2	MARINHA.....	29
2.3	AERONÁUTICA.....	31
2.4	EXÉRCITO.....	33
3	PROJETO DE INSERÇÃO DAS MULHERES NA LINHA DE ENSINO MILITAR BÉLICO - PISFLEMB-EB.....	36
3.1	CADETES NA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN) 36	
3.1	O CONTEXTO DA INSERÇÃO DAS MULHERES NA LINHA DE ENSINO MILITAR BÉLICA DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	39
3.1.1	MATERIAL BÉLICO.....	40
3.1.2	INTENDÊNCIA.....	42
4	ANÁLISE DA RECEPÇÃO DAS MULHERES NA AMAN.....	43
4.1	GRUPO AMOSTRAL ANALISADO.....	43
4.2	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	43
4.2.1	COMPETÊNCIAS.....	53
4.2.2	LIDERANÇA.....	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
6	REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

A aprovação da Lei Nº 12.705, em 08 de agosto de 2012, é um dos marcos modernos da história do Exército Brasileiro em direção à igualdade das mulheres dentro da caserna. A lei em questão regula os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército e criou-se através dela o **Projeto Inserção do Sexo Feminino na Linha de Ensino Militar Bélico do Exército Brasileiro** (PISFLEMB-EB). Ela nos apresenta pela primeira vez a possibilidade de mulheres adentrarem as academias de formação que anteriormente eram de acesso exclusivo aos homens (BRASIL, 2012).

Dentro do Exército Brasileiro, a presença das mulheres já existia em três das quatro áreas de concentração dos estudos e das funções militares, definidas pelo Decreto nº 3182, de 23 de setembro de 1999. Essa divisão das linhas de ensino do Exército se deu da seguinte forma: Ensino Militar Bélico, Científico Tecnológico, de Saúde e Complementar (BRASIL, 1999). Das quatro áreas, as mulheres não estavam presentes na primeira, sendo esta a mais importante, pois abre as portas para a ascensão ao generalato.

A primeira turma mista, ou seja, também integrada por mulheres, teve como sua referência de nome Dona Rosa da Fonseca¹, Patrona da Família Militar e inspiração para o título deste trabalho. Seu início ocorreu em 2017 na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) na cidade de Campinas/SP, e sua formatura ocorreu no final do ano de 2021, tornando-se definitivamente um marco histórico na Força. Essa primeira leva de cadetes mulheres foi formada por 40 alunas, enquanto a turma de militares do sexo masculino foi composta por 400 alunos. Sendo assim, apenas 10% das vagas ofertadas voltadas para as mulheres em seu primeiro processo seletivo pós Lei Nº 12.705. Se fizermos uma comparação entre os inscritos percebemos quão grande foi o interesse feminino em realizar o curso de formação comparado ao número de vagas: 7.708 mulheres e 22.061 homens inscritos (BRASIL, AMAN, 2021).

Como a presença das mulheres na formação tanto para o Quadro de Material Bélico, como no Serviço de Intendência na AMAN do EB já é uma realidade desde 2017, o **intuito desta**

¹ Rosa Maria Paulina da Fonseca, a Matriarca Exemplar, nasceu em 18 de setembro de 1802, na então Cidade de Alagoas, capital da Província de mesmo nome, atual município de Marechal Deodoro. Casada com o Major do Exército Imperial Manoel Mendes da Fonseca, valoroso militar e grande monarquista. Dessa união nasceram dez filhos, sendo duas mulheres, **Emília** e **Amélia**, e oito varões. Todos os homens abraçaram a carreira das Armas, ocupando posições de destaque na vida militar, na Política e na Administração Pública Brasileira.

pesquisa é descrever e entender como ocorreu a integração destas mulheres na instituição pela percepção das figuras mais atuais e responsáveis por esta nova realidade.

Tendo isso em vista, a novidade e importância do objeto de estudo, pode-se formular o seguinte problema de pesquisa: **Como foi conduzida a política de inserção de mulheres na AMAN no período de 2017 a 2021? Ressaltando seus avanços e potenciais desafios.**

1.1 OBJETIVOS

O objetivo principal desse estudo é mostrar o panorama e a percepção dos agentes mais atuantes na introdução das cadetes para que fosse possível o alcance ao ensino militar na AMAN. Preenchendo a lacuna de entendimento relativa ao assunto, impactos e avanços da integração das oficiais dentro da Academia de maior importância da formação de base do Exército Brasileiro.

A partir disto, os objetivos específicos são:

- Compreender, a partir da produção acadêmica internacional sobre o tema - o que inclui vertentes de análise feminista sobre a inserção de mulheres nas Forças Armadas – como esse debate incide sobre processo brasileiro / como as discussões teórico-empíricas trazem categorias analíticas para entender o caso brasileiro;
- Compreender a estrutura e o *locus* de entrada e futura atuação das mulheres Cadetes após a formação;
- Delinear o processo por meio de dados colhidos durante as entrevistas com pessoas atuantes ao longo da integração das mulheres nas duas linhas supracitadas;
- Oferecer um diagnóstico das análises realizadas;

1.2 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A intenção desta pesquisa está centrada em mostrar como e de que forma o acesso das mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) foi pavimentado para que assim fosse consolidado o acesso feminino na instituição. Pretende trazer contribuições teóricas como as de Maria Helena Carreiras, Laura Sjoberg, Sanam Naraghi Anderlini, Celina D'Araujo (2003), Geraldo Júnior (2018) e TC Inf Rafael Augusto de Brito (2019) entre outros, acerca desta inserção feminina dentro do Exército Brasileiro de um ponto de vista da análise. Apresentar uma roupagem inferencial descritiva para dados não tão explorados até o presente momento.

A expectativa da contribuição desse trabalho visa servir como um instrumento para pesquisas futuros sobre o mesmo assunto e assim ampliar o campo de discussão sobre um segmento tão rico e importante. Mostrar sob a luz da lente acadêmica um cenário relativamente recente para uma instituição da importância e prestígio que possui a AMAN, para assim, reduzir possíveis problemas e potencializar os impactos positivos para que tomadas de decisão como o PISFLEMB-EB possa cada vez mais ser um aliado na busca pela de igualdade de carreira entre homens e mulheres da forma melhor se adapta às suas integrantes.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo está limitado temporalmente a partir do ano de 2017 com a entrada das alunas no EsPCEEx até o ano de 2021 tendo como marco a formatura da turma Dona Rosa.

A escolha deste recorte se deve ao fato da importância dessa introdução no cenário das FFAA e a abrangência de toda formação de uma turma mista. A AMAN é uma das instituições de mais alto prestígio para formação da base dos oficiais do Exército Brasileiro. Isto permite, e cria, mais uma possibilidade para que mulheres possam alcançar o mesmo nível hierárquico que os homens. Apesar de não ser a Força pioneira na inserção

feminina², o EB possui grande impacto na história brasileira sendo atuante nos mais diversos cenários e atualmente ainda pode ser apontada como uma carreira desejável pela estabilidade e experiências atreladas.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Organizações militares possuem regimentos e legislação próprios, o que as tornam naturalmente distintas das demais organizações civis. Todavia, cabe ressaltar que, assim como as demais, devem seguir a Administração Pública como um todo. Gestores públicos têm por finalidade organizar, motivar e orientar ações de outras pessoas para criação e consecução de objetivos que justifiquem uso da autoridade pública (Lynn, 2010). São características distintivas da Administração Pública a busca pelo atendimento de interesses públicos em detrimento de específicos, e a relevância da Constituição Nacional (Lynn, 2010). A administração militar, por sua vez, visa atender aos interesses de Defesa Nacional, em tempos de paz e de guerra, pelas atividades finalísticas e subsidiárias.

Com vistas a responder à pergunta dessa pesquisa, optou-se por uma pesquisa qualitativa através da utilização do estudo de caso. Como legítima metodologia nas ciências sociais, o estudo de caso é capaz de conduzir investigações sobre uma proposição teórica com riqueza de detalhes e ângulos diversos. Em suas obras referentes ao assunto, Yin sustenta que em tentativas anteriores parecia faltar um guia abrangente para a utilização do método. Desta forma, ele procura preencher “um vazio na metodologia das ciências sociais, que tem sido dominada por textos (...) que oferecem poucos guias sobre como iniciar um estudo de caso, analisar os dados, ou mesmo minimizar os problemas na elaboração do relatório de estudo de caso” (YIN, 2002, p. 3).

Desta forma, Yin (2002) define caso a ser estudado como determinado “fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claros e o pesquisador tem pouco controle sobre o fenômeno e o contexto” (YIN, 2002, p. 13)

² A Marinha, apesar de ser a primeira a aceitar a mulheres no Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (1980), só teve o ingresso na Escola Naval das primeiras aspirantes em 2014 (LEITE, 2021)

Outro importante autor que discorre sobre o estudo de caso, foi Gerring (2007). Para ele, uma estratégia de pesquisa do tipo estudo de caso corresponde ao “estudo intensivo de um único caso com o propósito de compreender a classe maior de casos (a população)” (GERRING, 2007 p. 95. Tradução livre). Além disso, destaca que é possível que um estudo de caso incorpore mais de um caso, entretanto, isso implica um trade-off, uma vez que, em certo ponto, não é mais possível manter a intensidade de análise dos casos.

Em conjunto ao estudo de caso, para esse estudo foram coletadas informações de diversas fontes, às quais se incluem entrevista, revisão bibliográfica e análise da legislação. Durante a etapa de coleta de material, foi realizado entrevistas com 5 pessoas diretamente ligadas à integração das cadetes da turma D. Rosa (e turmas subsequentes) de modo a obter suas perspectivas sobre o processo de incorporação das mulheres no curso de formação das cadetes.

Nas entrevistas, em específico, foi utilizado o método comumente conhecido no meio acadêmico por “bola de neve”. uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência e/ou indicações. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa (VINUTO, 2014). Em suas obras, Whyte (2005) aponta como um processo de permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador com um conjunto cada vez maior de contatos potenciais, sendo que o processo pode ser finalizado a partir do critério de ponto de saturação (VINUTO, 2014).

Segundo Bernard (2005), esta técnica é um método de amostragem de rede útil para se estudar populações difíceis de serem acessadas ou estudadas (*Hard-to-find or hard-to-study populations*) ou que não há precisão sobre sua quantidade. Essas dificuldades são encontradas nos mais variados tipos de população, mas em especial nos três tipos que seguem: as que contêm poucos membros e que estão espalhados por uma grande área; os estigmatizados e reclusos; e os membros de um grupo de elite que não se preocupam com a necessidade de dados do pesquisador (VINUTO, 2014).

A opção por esses entrevistados se justifica por serem pessoas envolvidas diretamente com o fenômeno do estudo, e que podem, portanto, fornecer uma visão mais abrangente e vívida deste processo. Esta opção também justifica o uso da modalidade de questionário semiestruturado. De acordo com Berg (2001), o uso desse tipo de questionário se destaca

por combinar perguntas mais objetivas com outras que solicitam ao entrevistado a descrição de situações ou opiniões mais subjetivas (BERG, 2001). Dessa maneira, o próprio processo de entrevista pode auxiliar na formulação do questionário (idem, 2001).

O uso de perguntas abertas e não-programadas como complemento às perguntas programadas e objetivas se mostra particularmente útil na medida em que os indivíduos entrevistados possuem um alto grau de envolvimento com o assunto em questão, e portanto poderão expandir suas respostas com exemplos e relatos que nos permitirão caracterizar de maneira mais completa o processo.

Quadro 1 – Dados sobre os entrevistados presentes nessa pesquisa

Mês e ano da entrevista	Período de trabalho na AMAN	Identificação
Outubro/ 2022	2010/ 2011/ 2012/ 2018	EH1
Outubro/ 2022	2016/ 2017/ 2018/ 2019	EH2
Outubro/ 2022	2019/ 2020/ 2021	EH3
Outubro/ 2022	2019	EH4
Outubro/ 2022	2019	EM1

A escolha de entrevistados que possuem um interesse em apresentar uma visão positiva do processo de integração de mulheres na AMAN representa um eventual limite de nossos resultados. Ao mesmo tempo, o uso de perguntas abertas e não-programadas permite justamente ampliar o tempo de fala dos entrevistados de modo a obter respostas menos influenciadas por essas considerações. Como Berg (2001) aponta, a maneira de se fazer uma pergunta muitas vezes pode influenciar a resposta, ou mesmo se uma resposta é dada.

Tendo isso em mente, o objetivo com o questionário montado, dessa forma, é de estimular os entrevistados a produzirem um retrato abrangente do processo da integração dessas mulheres na AMAN, que inclua não somente seus pontos positivos, mas também dê segurança para que os entrevistados possam comunicar seus problemas e obstáculos e as dúvidas e críticas que estes possam ter ao processo.

As pesquisas bibliográficas e documental obtidas através de fontes oficiais do Governo Federal, como órgãos, ministérios e o Portal da Transparência, propiciarão um melhor

entendimento do resultado dos planos institucionais de transição do Exército Brasileiro no caminho da inserção das mulheres na Linha de Ensino Militar Bélica na ExPCEEx, além de outras melhores práticas, investigando os sucessos e dificuldades encontradas no período recortado.

Para evitar possíveis dúvidas sobre os resultados e como os dados foram tratados, procurou-se realizar uma análise multiparadigmática baseada em Meyerson e Martin (1987). Ela procura relacionar as percepções de um grupo determinado com as perspectivas da integração, diferenciação e fragmentação.

O uso da análise multiparadigmática teve como objetivo identificar a presença de grupos com percepções semelhantes ou distintas, dentro da amostra examinada (MEYERSON; MARTIN, 1987).

Na seção a seguir, será demonstrado aspectos vitais para uma melhor e mais clara compreensão do fenômeno a ser estudado neste trabalho. Será apresentado o conceito de feminismo nos trabalhos que envolvem as relações internacionais e conseqüentemente muitos estudos da área de defesa e segurança como este. Para extrair categorias analíticas que devem ser levadas em conta na análise do processo. Suas vertentes e como esta ótica agrega para os estudos e análise dos objetos de estudo que englobam mulheres nos mais diversos papéis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para que possamos entrar de maneira clara e satisfatória no estudo da introdução das mulheres na AMAN, não podemos deixar de elucidar sobre o feminismo.

Quando estudiosos e ativistas feministas começaram a se envolver tanto com os acadêmicos quanto com os praticantes de política global, a ideia de que o pensamento feminista poderia contribuir para pensar em segurança internacional foi às vezes recebida com hostilidade ou ridicularização. O que poderia a teoria feminista, o que certamente dizia respeito apenas às atividades das mulheres, nos dizer sobre o funcionamento da política global, das forças armadas nacionais, da dissuasão nuclear, ou da tomada de decisões das Grandes Potências? Esse tipo de reação foi muito revelador, pois ilustrou bem parte do ponto que o feminismo procurava fazer. Para a maioria das feministas, qualquer que seja sua orientação teórica particular dentro do feminismo, o funcionamento da segurança há muito tempo tem sido apresentado como se fosse neutro em termos de gênero, quando na verdade a segurança internacional é infundida com suposições de gênero e representações (WHITWORTH, 2008).

No trabalho feminista realizado na área de Relações Internacionais, o gênero não é o equivalente a pertencer a classes de sexo biológico. Em vez disso, gênero é um sistema de significado simbólico que cria hierarquias sociais baseadas na percepção de associações com características masculinas e femininas (SJOBORG, 2010). As feministas podem abordar a política global a partir de diversas perspectivas diferentes, incluindo realistas, liberais, construtivistas, críticas, pós-estruturais, pós-coloniais e ecológicas. Estas perspectivas produzem diferentes, e às vezes contraditórias, insights sobre e previsões para a política global.

As acadêmicas teóricas feministas contribuíram para o campo dos Estudos de Segurança através de análises e reformulações dos conteúdos tradicionais dos Estudos de Segurança, explorações dos papéis que as mulheres e o gênero desempenham no combate e na resolução de conflitos, e chamando a atenção para assuntos novos ou negligenciados revelados ao levar o gênero a sério. Ao analisar os conceitos tradicionais dos Estudos de Segurança, as feministas têm demonstrado o viés de gênero nos conceitos centrais da segurança, tais como o Estado, violência, guerra, paz e até mesmo a própria segurança, exortando redefinições à luz dessa vertente (SJOBORG, 2010).

A conquista das mulheres quanto ao seu espaço no cenário internacional, bem como ações para que isso seja consolidado tem sido de grande importância para os governos no sentido de contemplar as diretrizes da Organização das Nações Unidas. Governantes guiam-se por meio da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, sob o título de “Transformando Nosso Mundo”, e das orientações da entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres (ONU,2015).

Quanto a ausência persistente de outros gêneros nos ambientes militares, Carreras (2004) demonstra que tomou uma maior importância nas discussões sobre o problema da gestão da diversidade sociocultural no âmbito das políticas organizativas. Processo este que não poderia deixar de refletir também nas Forças Armadas. A autora traz à luz o modelo Instituição/Ocupação, proposto por Charles Moskos no final dos anos 70, que se torna parte vital para que possamos compreender o objeto desse estudo e como ele pode ocorrer hoje em dia.

Charles Moskos trouxe o que é considerado o ponto de partida para a análise da mudança nas organizações militares (MOSKOS,1977). No artigo publicado na revista *Armed Forces & Society* sob o título *From Institution to Occupation: Trends in Military Organization*, Moskos analisa as transformações pelas quais a profissão dos militares dos Estados Unidos da América estava passando. O autor utiliza-se dos modelos institucional e ocupacional para exemplificar esse cenário.

Moskos considera que uma instituição é legitimada em termos de valores e normas, sendo que o seu propósito é algo que ultrapassa os limites do interesse individual, focando sempre em alcançar um bem maior. Seus membros possuem uma mentalidade de auto sacrifício e abnegação em tempo integral considerando muitas vezes que o salário não é o ponto mais importante de seus trabalhos. Caso ocorra algum tipo de intercorrência, não levam suas demandas junto ao Judiciário, mas sim procuram a resolução internamente e sem maiores transtornos aos envolvidos. Desta forma, o autor afirma que o “serviço militar tem tido muitas características institucionais” (MOSKOS, 1977, p. 42). O militar, seja de qualquer FFAA, ou até mesmo independentemente do seu país de origem, tem sempre em mente que a pátria sempre será seu objetivo maior de dedicação e zelo. Precisam estar disponíveis 24 horas por dia para todo e qualquer tipo de demanda pertinente às suas funções e às ordens de seus comandantes. Suas famílias sempre estarão sujeitas a mudanças de cidade, mas em grande maioria são mudanças até mesmo interestaduais,

sempre estando apta a se adequar a uma nova localidade e suas características. Além do risco eminente de vida quando o militar é convocado para a função em GLO ou quaisquer outros tipos de operação que a Força seja necessária e solicitada. O dever estará sempre acima.

Já o modelo ocupacional, “implica prioridade do interesse pessoal” (MOSKOS, 1977, p.43). A organização, a empresa por assim dizer, não estaria em primeiro plano de dedicação de seus colaboradores. Este formato, obviamente, não é o objetivo dos militares por ir contra tudo aquilo que foi ensinado na caserna. Duas mudanças citadas por Moskos nas FFAA dos EUA durante a década de 70 foram: o recrutamento voluntário de militares, os quais visam maiores ganhos financeiros com possível estabilidade, e a participação de empresas civis lidando com as áreas de alta tecnologia, tornando o ambiente que até então tinha uma forma única de agir e pensar, entrar em contato e ter a sensação de uma empresa privada.

Nesta conceptualização, a organização militar de tipo institucional é identificada com um padrão extremamente limitado de emprego feminino – número reduzido de mulheres adstritas a papéis de apoio, tendencialmente integradas em corpos separados e com padrões de carreira limitados – ao passo que na emergente organização ocupacional, tanto as necessidades de recrutamento como o maior envolvimento das mulheres no mundo do trabalho teriam conduzido a um aumento significativo do número de mulheres militares, à diversificação dos seus papéis e funções e a uma maior possibilidade de progressão na carreira (CARREIRAS, 2004).

Quadro 1 - Organização Social Militar. Institucional *versus* Ocupacional

Organização Social Militar: Institucional versus Ocupacional		
Variável	Institucional	Ocupacional
Legitimidade	Valores normativos	Economia de mercado
Papel a ser desempenhado	Difuso	Específico
Bases de Compensação	Posto e antiguidade	Nível de habilidade e de mão-de-obra
Modo de Compensação	Muito na forma do "não dinheiro" (ganhos indiretos)	Salário e bônus
Nível de Compensação	Baixo salário para os recrutas	Alto salário para os recrutas
Residência	Adjacência entre os locais de trabalho e residência	Separação dos locais de trabalho e residência
Esposa	Parte integrante da comunidade militar	Removida (deslocada) da comunidade militar
Relação Social	Estima baseada na noção de serviço	Prestígio baseado no nível de compensação
Grupos de Referência	Vertical	Horizontal
Avaliação da Performance	Holística e qualitativa	Segmentada e quantitativa
Sistema legal	Justiça Militar	Jurisprudência civil
Status pós-serviço ativo	Benefícios aos veteranos e preferências	O mesmo que o dos civis

Fonte: MOSKOS, 1986, p. 378.

O quadro elabora quanto à transformação descrita por Moskos: ênfase, na organização militar ocupacional, dos fatores econômicos (salário entendido como mecanismo de incentivo à carreira) e transformação na relação com os civis (mais separada quanto ao local de residência, mas mais aproximada na jurisdição e no status pós-serviço ativo).

Em seu trabalho *Armed Forces after the Cold War*, o qual Charles Moskos escreveu juntamente a John Allen Williams e David R. Segal, ele traçou os três tipos de organizações militares: modernas, tardiamente modernas e pós-modernas. Mas quais seriam essas diferenças? O período entre o século XIX e o final da Segunda Guerra Mundial é o marco temporal das organizações militares modernas. São diretamente ligadas ao conceito de Estado-Nação e a figura do soldado-cidadão. Os soldados geralmente advêm de alistamento obrigatório ou milícias, possuem oficiais profissionais, guerra orientada à missão, mulheres eram raridade e haviam grandes diferenças culturais e estruturais entre o universo militar e o civil em geral (DE OLIVEIRA, 2016). Já para Carreiras (2004) este seria um novo modelo que, no entanto, se revela ser mais complementar que antagônico.

O tipo tardiamente moderno é marcado temporalmente pelo final da Segunda Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria. Contingente maior, predominantemente alistados, os oficiais adquiriram maior profissionalismo e cresceram em números totais. A ascensão na carreira ocorria mais por linhagem do que pelo ensino ofertado pelas instituições militares como as escolas de guerra (DE OLIVEIRA, 2016).

Já a pós-modernidade é marcada pelo final da Guerra Fria aos tempos atuais. Fortemente afetada pelo término do comunismo que atuava sobre a União Soviética e na Europa Oriental, os temores de uma possível invasão foram amenizados e conseqüentemente ocorreu uma proximidade com a sociedade civil. Onde ocorreram cinco grandes mudanças organizacionais nesse período: maior presença de civis nos ambientes militares, sendo maior nos institutos de ensino com abertura para estudos e profissionais lecionando.

Foi marcante também, uma menor diferenciação fundamentada em ramo, posto e funções entre apoio e combate. Emprego em missões que já não se tratavam apenas de guerras, como GLO e outras necessidades de interesse nacional. Maior participação em missões designadas por entidades além do próprio Estado. E por fim, uma mudança ligada com a anterior, uma maior internacionalização das missões como as apoiadas pela ONU, multinacionais e binacionais da OTAN (MOSKOS; WILLIAMS; SEGAL, 2000).

O autor Fabrizio Battistelli (1997) em seu artigo *"Peacekeeping and the Postmodern Soldier"*, chamou a atenção para o fato de todas estas mudanças poderem ser situadas em termos da clássica dicotomia Instituição/Ocupação, proposta anteriormente pelo próprio Moskos para descrever a transição entre organizações militares pré-modernas e modernas. O mesmo acontece, argumenta Battistelli, com as mudanças ao nível organizatório, em termos do perfil dominante do militar profissional (passagem do tipo 'herói guerreiro' a uma ênfase no 'militar-administrador' ou do 'militar-acadêmico'), o recurso crescente a pessoal civil, maior integração de mulheres e aceitação de homossexuais, bem como maior tolerância relativamente à objecção de consciência e a formas alternativas de serviço militar.

No tocante ao papel das mulheres, é aqui proposto que a situação em termos de integração militar feminina é reveladora da tendência em direção à pós-modernidade. Enquanto na era 'pré-moderna' as mulheres eram maioritariamente excluídas do serviço militar, o período de modernidade tardia testemunha uma integração parcial caracterizada

pela abolição de corpos exclusivamente femininos, mas também pela persistência de níveis de representação reduzidos e resistências à incorporação de mulheres em funções de combate. Pelo contrário, a pós-modernidade militar coincide com pressões fortes no sentido da abertura total das especialidades e unidades militares às mulheres, ocasionando assim a diversificação dos seus papéis e funções.

É interessante notar que, se tratando do panorama apresentado por Moskos para falar da diferença entre a organização militar social e a organização militar ocupacional, as mulheres aparecem em um único local: como esposas (MOSKOS, 1986). Desse modo, pode-se entender que o modelo concebido por Moskos, apesar de buscar entender as transformações dentro do mundo militar, não entendia ainda naquele momento a importância da presença das mulheres como parte fundamental desta transformação.

Entretanto, apesar da inclinação para uma progressiva, e constante, eliminação de normas e práticas discriminatórias e de esforços no sentido da equalização estatutária entre militares de ambos os sexos ao longo dos anos, persistem ainda diversas restrições ocupacionais. As mulheres continuam majoritariamente excluídas de funções relacionadas com o combate. Possuem, em geral, níveis limitados de representação hierárquica e encontram-se afastadas das principais posições de poder no sistema militar. nem sempre são aceitas e enfrentam frequentemente reações hostis. Dados de variados estudos empíricos mostram, de resto, que a elevados patamares de integração formal nem sempre correspondem idênticos níveis de integração social (Winslow e Dunn, 2002).

Na seção a seguir será tratado o seguinte aspecto: Mulheres nas Forças Armadas em perspectiva histórica, A questão do gênero e a inserção das mulheres no meio militar, Carreira e motivação. Na primeira seção, será examinado por uma lente histórica como as mulheres permearam pela história das FFAA nos principais momentos da história do Brasil. Será seguido por um fio que irá conectar os acontecimentos passados para que assim possamos entender de forma mais clara como as mulheres chegaram na AMAN.

2.1 MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

As mulheres sempre estiveram presentes no cotidiano militar, entre os povos celtas e germânicos a presença feminina era respeitada como uma tradição. No entanto, durante os séculos XVI e XVIII, em virtude da importância atribuída às crenças romanas, gregas e cristãs, a mulher foi considerada um ser inferior, com isso como descreve Caire (2002) as mulheres que acompanhavam os exércitos deixaram de ser bem-vistas e tinham sua presença aceita à contragosto.

Desde a ocorrência da Revolução Francesa e as demais Revoluções marcantes do século XIX, o serviço militar funcionou como um relevante fator de inclusão na comunidade política, emergindo como símbolo de cidadania, e conseqüentemente, como símbolo da democracia (CARREIRAS, 2002, p. 25). A presença das mulheres sempre permeou essas histórias de conflitos. Desde o arrimo nas casas com a figura masculina ausente empenhada na defesa do país, até como uma figura atuante nos conflitos. Na Europa moderna, as mulheres que seguiam os acampamentos militares compunham uma verdadeira força logística, imprescindível para a própria existência de formações militares (CARREIRAS, 2006).

No século XIX se inicia o processo de transição das funções femininas nas organizações incluindo os ambientes militares com demandas urgentes relacionadas ao contexto de guerra. Sendo assim, as mulheres foram convocadas para atuarem em funções auxiliares específicas, principalmente na área da saúde. Desta maneira, deixavam de ter um caráter marginal e assumiam seus postos por meio de legislações, sendo reconhecidas como fundamentais nos teatros de operações (CAIRE, 2002). Situações em que o contingente masculino estava em baixas vigorosas ou impossibilitado de operar, as mulheres atuaram em campos, funções e momentos em que a distinção de gênero era algo não era o fator mais valioso. Tudo se resumia a matar ou morrer apenas (ALEKSIÉVITCH, 2016).

A interpretação de Moskos (1998) quanto à transformação relativamente recente nas sociedades ditas “pós-modernas” que resultou na integração das mulheres às FFAA encontra corroboração em fatos históricos: a incorporação das mulheres à estrutura das FFAA é recente em muitos países, a exemplo dos EUA. Mulheres foram admitidas em papéis auxiliares nas FFAA a partir da década de 1970; em 1976, passaram a poder ingressar nas academias militares.

Atualmente podemos observar que a ruptura social dos estereótipos negativos e simplistas da importância da mulher na sociedade continua acontecendo de forma gradual. A imagem da mulher que possuía a função exclusiva de ser esposa subserviente, mãe e dona de casa exemplar, está sofrendo alterações.

Segundo Jean-François Chanlat (1996) demonstra em seus estudos antropológicos voltados para hierarquias organizacionais que sem a ritualização das relações cotidianas, a existência seria insustentável. Os ritos de interação, como os rituais coletivos contribuindo à manutenção da sociabilidade, transformam-se assim em verdadeiros indicadores do estado qualitativo das relações humanas (CHANLAT, 1996).

O fato da introdução das mulheres no universo único das FFAA movimentou essas duas esferas sagradas da hierarquia organizacional e dos ritos que as constituem de uma só vez. Criou-se uma imagem de que a adaptação das mulheres às FFAA deve ser feita para ontem e a todo custo, mas isso não pode ou deve corresponder a realidade praticada. É um ambiente extremamente específico com uma cultura arraigada em questões misóginas retratando os homens como que feitos sob medida para tais postos e ofícios (SMITH, ROSENSTEIN 2017). A cultura organizacional é um dos elementos que dificultam esse processo, sendo fruto de um contexto social homogêneo em se tratando de gênero, e influenciada por uma cultura de valores patriarcais que por definição exclui as mulheres.

Se olharmos pelo viés educacional, dados do estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil feito pelo IBGE em 2019, demonstram que as mulheres continuam à frente na proporção de pessoas a partir de 25 anos que possuem diploma de ensino superior³. Mas mesmo estando a frente em números de formação e em crescimento da participação no mercado de trabalho, continua a haver uma falta de persistência em ocupações e profissões tradicionalmente masculinas. Embora fatores psicológicos sociais, tais como estereótipos, preconceitos e crenças em relação às habilidades, tenham levado a opiniões comuns de que as mulheres optam pela não participação nos ambientes militares devido a planos familiares ou práticas discriminatórias, sabe-se menos sobre como as organizações tradicionalmente

³ Mulheres: 19,4% e homens: 15,1%. Estudo disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>

masculinas, tais como as militares, atraem e influenciam as pessoas a seguir uma carreira profissional com uma identidade profissional única.

A cultura organizacional é um dos elementos que dificultam esse processo, sendo fruto de um contexto social homogêneo em se tratando de gênero, e influenciada por uma cultura de valores patriarcais que por definição exclui as mulheres. O pensamento da sociedade que antes caracterizava a mulher como um sexo frágil, limitada às tarefas domésticas, sofreu mudanças que permitiram ao gênero a inserção em um mercado de trabalho mais amplo e diverso, o qual inclui a carreira militar. Embora de acordo com Gomes (2016), a integração feminina aos exércitos ocidentais tenha ocorrido de forma desigual, e ainda enfrente barreiras para a aceitação da mulher atuante na linha combatente.

A incorporação feminina nas Forças Armadas Brasileiras se deu em períodos diferentes em cada uma das instituições, evoluindo gradativamente até alcançar o patamar atual.

No decurso da década de 70, diversos países começaram a admitir mulheres em suas Forças Armadas as quais passaram a receber uma formação idêntica à dos homens em setores onde era permitida a sua participação. Antes disso, existem literaturas acerca da presença de mulheres nas Forças Armadas desde a II Guerra Mundial as quais prestavam serviço militar na área de saúde e tarefas de apoio em áreas de retaguarda, embora no front russo, muitas delas fossem pilotos de caças e centenas atuassem como guerrilheiras em situações de combate. Após o conflito, a grande maioria foi dispensada por julgarem-nas desnecessárias aquele serviço, embora em alguns países ainda mantiveram estas convocações; no Brasil, a inserção feminina nas forças armadas como militar ocorre tardiamente na década de 80 (SANTOS, 2014, p. 1).

Nos dias atuais, o número de mulheres nas FFAA gira em torno de 347 mil militares. Desse total, 28 mil, a Marinha do Brasil possui 8,1 mil integrantes do sexo feminino no efetivo, o Exército Brasileiro possui 9,1 mil mulheres e a Força Aérea com 10,8 mil (BRASIL, 2013b).

2.2 MARINHA

O processo de feminização das Forças Armadas, como militar de carreira, ocorre na década de 1980. O pioneirismo ficou com a Marinha, quando da criação em 1980, pelo

ministro da Marinha à época do governo do General Figueiredo, o Almirante – de – Esquadra Maximiano da Fonseca, do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva através da lei nº. 6.870 de 07/07/1980 (BRASIL, 1980), para atuar em área técnica, de saúde e administrativa.

Segundo Almeida (2008), em 1975, as Forças Armadas Brasileira elaboraram um projeto de lei objetivando a abertura da carreira militar às mulheres, sendo o mesmo vetado pela Presidência da República à época. Então em 1979, o Senador Orestes Quércia propunha em um projeto de lei de sua autoria do que tratava o ingresso voluntário das mulheres nas escolas militares de nível superior, pois julgava ser o caminho justo. A justificativa do Senador com relação à inconveniência do serviço obrigatório para as mulheres era devido à condição do país, aquilo que éramos enquanto Nação, o que Almeida (2008) interpretou como uma ausência de amadurecimento da sociedade para aceitar a obrigatoriedade do serviço militar para as mulheres, embora, como o próprio senador argumentou, em países mais avançados, isso já ocorria. Entretanto, este projeto também foi rejeitado.

A partir de 1998 com a lei 9.519 de 26/11/97 as mulheres, que antes faziam parte do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, passaram a compor os Corpos e Quadros, como o Corpo de Engenheiros da Marinha, os Quadros do Corpo de Saúde e o Quadro Técnico. Segundo Silveira (2004), também obtiveram permissão para participação feminina em missões nos navios hidrográficos, oceanográficos e de guerra e autorização para integrar tripulações de helicópteros. Também existe a possibilidade de estarem embarcadas quando trabalham temporariamente em algum navio de grande porte na área de assistência técnico-administrativa e aquela ligada à assistência à saúde da tripulação.

A partir de janeiro de 2014, as 12 primeiras mulheres entraram na Escola Naval para o processo de adaptação, e em fevereiro do mesmo ano definitivamente, para o curso do Corpo de Intendência da Marinha. A Marinha assim, abriu suas portas para as mulheres, em termos de formação acadêmico militar. Apesar da boa receptividade da presença feminina na Marinha do Brasil, a corporação não vê como necessária o ingresso de mulheres no Colégio Naval ou na Escola Naval, instituições formadoras do oficial combatente. Porém na Marinha Mercante brasileira, vem crescendo o número de mulheres que faz o curso de oficiais do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), sendo o percentual feminino de 30% (SILVEIRA, 2004).

Esse ingresso na Marinha Mercante somente é possível pela maior disponibilidade de espaço nos navios cargueiros e petroleiros, ao contrário dos navios de guerra, o que acontece também nas plataformas marítimas de petróleo, as quais acomodam mulheres em seu interior. As restrições referentes às acomodações, não seriam um impedimento a formação feminina nos corpos combatentes, desde que haja condições de adaptação dos alojamentos das embarcações e instalações na Marinha do Brasil (SILVEIRA, 2004).

Cada dia que passa podemos notar que não foi passos que com o passar dos anos estagnou. Atualmente, elas comandam organizações militares ou são vice-diretoras; lideram equipes e gerenciam projetos de construção de navios e outras obras; chefiam departamentos, divisões e seções nas diretorias, hospitais e centros tecnológicos; executam tarefas técnicas ou administrativas; viajam para locais distantes em missões consideradas com grau de dificuldades, etc. Como exemplo, podemos evidenciar sobre as primeiras mulheres em cargos de direção na Marinha Brasileira a qual ocorreu em janeiro e fevereiro de 2006.

2.3 AERONÁUTICA

No ano de 1982 ocorreu a criação do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, saindo graduadas como 2º Tenentes, 3º Sargentos e Cabos. Carvalho (1990) evidencia um estudo feito pelo Estado Maior, através da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR), o qual propôs e executou um trabalho com seus estagiários, que tinha como enunciado:

Propor medidas necessárias para suprir as necessidades de pessoal do Ministério da Aeronáutica, determinando as especialidades e os respectivos níveis hierárquicos, do quadro feminino de oficiais e do quadro de graduados do corpo feminino da Reserva da Aeronáutica, a fim de 75 aproveitar, adequadamente, o potencial da Força de Trabalho das mulheres, permitindo traçar-lhes um plano de carreira (CARVALHO, 1990, p. 43).

Através deste estudo foram estabelecidos alguns critérios, levando em consideração artigos os quais abordavam a qualificação, a origem e destino das mulheres, a função exercida e as dimensões psicológicas. Deste modo, o trabalho desse grupo se apresentou de grande importância, pois o que foi evidenciado serviu de orientação na criação do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, através da Lei n.º 6.924 de 24 de junho de 1981. (CARVALHO, 1990) A época o posto máximo atingido pelas mulheres era o de

Tenente-Coronel na Aeronáutica, resultando na não participação delas em áreas de comando, nem no exercício como chefes de unidades que são exercidos por coronéis, posto acima de Tenente-Coronel.

A Aeronáutica, rompeu com o tradicionalismo de participação feminina 1996. Admitiu pela primeira vez mulheres como cadetes na Força Aérea Brasileira (FAB,) no quadro de Intendência, carreira administrativa da FAB. A importância aqui desse momento histórico, diferente do que ocorreu em 1982 e que agora essas mulheres passam a ter a mesma formação masculina. Na primeira turma, ocorre o ingresso de 17 cadetes femininos na AFA – Academia da Força Aérea (Pirassununga/SP) para o quadro de Intendência. Com essa iniciativa da FAB, em 1999, tínhamos a primeira turma de oficiais militares femininos em Academia Militar no Brasil. Neste caso, temos a presença de um outro pioneirismo, mas desta vez por parte da Aeronáutica, quando se fala em formação acadêmica militar de mulheres no Brasil, ou seja, as mulheres passaram a receber uma formação acadêmico-militar idêntica a dos homens em um curso de formação de oficial de carreira e com a possibilidade de atingir ao generalato. (TAKAHASHI, 2002)

Em 2003, ingressou na AFA a primeira turma de aviadoras do país. O quadro de aviação é a “atividade fim” dessa corporação, uma vez que cumpre a destinação primordial, que é voar. Mas, é importante destacar, apesar desses avanços, há ainda restrições, uma vez que o quadro de Infantaria da Aeronáutica é o único da Academia da Força Aérea (AFA) o qual ainda não tem a presença de mulheres (SANTOS, 2014).

esta iniciativa do comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Batista, através da Portaria nº. 556-T/GC3, de 30 de julho de 2002, com matrícula prevista para o ano de 2003, incluiu cadetes do sexo feminino no Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV). Através de uma decisão do Comando da Aeronáutica (COMAER), após o encerramento do concurso nacional para cadetes, esse foi reaberto com vagas específicas apenas para o sexo feminino. De tal modo, foram destinadas 20 vagas, com um total de inscrições de 3.209 mulheres civis, apresentando uma relação candidato/vaga de 160/1, com 103 aprovações e preenchidas 20 vagas para fim de matrícula. Dessas 20 mulheres matriculadas, apenas 11 cadetes concluíram o curso em 2006, tornando-se Aspirantes-a-oficial (SANTOS, 2014).

A primeira turma de aviadoras formou-se em 2006, com 11 mulheres. Segundo informações de Baquim (2007), em 2007 iniciaram o Curso de Especialização Operacional

(CEO), com duração de 11 meses, de acordo com a aviação a qual foram destinadas. De tal modo, cinco delas realizaram o CEO em Natal, sendo que três na aviação de caça e duas na aviação de asas rotativas (helicóptero); as demais, que são seis, realizaram o curso em Fortaleza, nas aviações de Patrulha, Transporte e Reconhecimento. De tal modo, cinco delas realizaram o CEO em Natal, sendo que três na aviação de caça e duas na aviação de asas rotativas (helicóptero); as demais, que são seis, realizaram o curso em Fortaleza, nas aviações de Patrulha, Transporte e Reconhecimento (SANTOS, 2014).

2.4 EXÉRCITO

A entrada de mulheres nas Forças Armadas Brasileiras soa como um ato novo, mas não é. A primeira mulher brasileira nas linhas de combate é apresentada nos registros históricos no ano de 1823, sendo esta Maria Quitéria de Jesus que precisou forjar postura e vestimentas masculinas para entrar no Exército e lutar pela preservação da independência do Brasil. Este feito possibilitou que ela fosse conhecida por ser a primeira mulher a assentar praça em uma unidade militar.

Após o feito de Maria Quitéria, somente no ano de 1943 que as mulheres puderam ingressar de forma regular e oficial no Exército Brasileiro. Esse ingresso, ocorreu através da incorporação de 73 enfermeiras voluntárias que foram enviadas para a Segunda Guerra Mundial. Essas militares, serviram em quatro unidades dos hospitais do exército norte-americano e foram responsáveis por grandes feitos na história. Ao final do conflito, receberam condecorações através de medalhas, a patente de oficial e passaram a integrar à reserva ativa do EB (PODCAST BRAÇO FORTE, 2020).

O Exército Brasileiro retomou a pauta do ingresso feminino apenas em 1987, com a Portaria Ministerial n. 810. Esta previa 30% das vagas nos Colégios Militares para mulheres.

No quesito de matrícula feminina, a Escola de Administração do Exército, localizada em Salvador/BA, foi pioneira através da utilização de um concurso público no ano de 1992. Em 1996, Maria Quitéria de Jesus tornou-se a patrona do Quadro Complementar de Oficiais (QCO). Nesse ano também foi estabelecido o Serviço Militar Feminino Voluntário,

para profissionais das áreas de saúde como médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras com formação de nível superior.

No ano de 1997 o Instituto Militar de Engenharia (IME) registrou sua primeira turma mista, que contava com 10 mulheres (BRASIL, IME. 1997). No mesmo ano, a Escola de Saúde do Exército - EsSEX (Rio de Janeiro – RJ) matriculou e formou a primeira turma de oficiais da área de saúde de nível superior, sendo estas as componentes do Quadro de Saúde do Exército. Esta medida se seguiu pela criação do Estágio de Serviço Técnico, que ampliou o escopo do treinamento para além da área da saúde. A iniciativa, voltada para a formação de Oficiais Técnicos Temporários (OTT), formou profissionais de uma gama extensa de setores: advogadas, professoras, engenheiras, entre outras, totalizando 519 mulheres (BRASIL, 2013b).

No ano seguinte, 1998, o Exército instituiu o Estágio de Serviço Técnico voltado para profissionais de nível superior. Desta maneira, foram incorporadas 519 mulheres na área de Direito, Contabilidade, Magistério, Administração, Engenharia, Análise de sistemas, Arquitetura, Jornalismo e em outras áreas voltadas para as Ciências Humanas e Exatas, isso dependendo da necessidade da instituição.

Também deu início ao Serviço Militar Feminino Voluntário para auxiliares e técnicas em enfermagem. O mesmo só foi oficializado em 2001, com a adoção da Portaria 124 do Estado Maior do Exército, criando, assim, o curso de Formação de Sargentos de Saúde para auxiliares de enfermagem. quando a Escola de Sargentos de Saúde permitiu a inscrição de mulheres para participar do concurso público para o preenchimento de vagas no Curso de Sargento de Saúde que passou a funcionar em 2002.

Ainda no mesmo ano, foi implementado um projeto-piloto para a prestação do Serviço Militar Voluntário, voltado para a função de Atiradoras atuando na região Amazônica. Foram matriculadas 80 mulheres, mas por diversos motivos que não foram esclarecidos nas bibliografias consultadas sobre o assunto, esse projeto foi desativado (LANNES, 2007). Sendo assim, podemos perceber que elas ingressaram no Exército como voluntárias, de acordo com a disponibilidade da instituição. Ingressando nas escolas de formação militar, como no IME, na EsSEX e na EsAEX, elas têm a possibilidade de servir como militar de carreira. Como praças, cursará a EsSEX. Também podem servir como militar temporário, desde que possuam uma formação universitária e ingressem no

Sistema de Serviço Militar, com permanência máxima de sete anos, após esse período são consideradas reservistas e passam a integrar o efetivo de mobilização.

Em 2010, as mulheres fizeram parte pela primeira vez de uma operação de Missão de Paz tendo a Coronel Carla como chefe da Seção de Intérpretes do segundo Batalhão do 17° Contingente da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti – MINUSTAH (COSTA, 2018).

Após todas essas movimentações inclusivas da participação feminina nas mais diversas formas e áreas do Exército Brasileiro, chegamos ao ano de 2017 onde encontra-se a escrita do ponto fundamental deste trabalho: o ingresso das primeiras mulheres na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) e na Escola de Sargento de Logística (EsSLog), visando a carreira na linha de ensino militar bélico.

Mas para que esse ingresso ocorresse, quais foram os passos tomados de forma burocrática e organizacional para que tudo fosse implementado com sucesso em 2017 na AMAN? Esse será o assunto da próxima sessão deste trabalho onde o PISFLEMB-EB será explorado de forma breve.

3 PROJETO DE INSERÇÃO DAS MULHERES NA LINHA DE ENSINO MILITAR BÉLICO - PISFLEMB-EB.

O PISFLEMB foi estruturado através da Portaria nº11 – EME, de 1º de fevereiro de 2013, na qual o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) estaria incumbido, dentre outras atividades, de planejar em conjunto com o Departamento de Engenharia de Construção (DEC) as modificações necessárias para a implementação do Projeto.

A diversidade de perfis humanos na carreira das Armas é proveitosa e enriquecedora porque, se por um lado altera comportamentos tradicionais e coloca novos desafios à formação do “soldado profissional”, por outro, preserva o ethos da instituição castrense, cuja missão cívica e institucional é moldar seres humanos e prepará-los para defender a Pátria (ROCHA, 2017, p.787).

Para atingir seus objetivos, a equipe do PISFLEMB-EB, dentre outras atividades, visitou e buscou referências nas escolas de formação de oficiais do Exército, da Aeronáutica, da Marinha e a Academia Militar dos Estados Unidos (USMA), em West Point.

Essas visitas tinham como objetivo adquirir dados e práticas que pudessem se ajustar à formação feminina na EsPCEX/AMAN e na EsSLog. Além disso, foram coordenados estudos juntamente com o Centro de Capacitação Física do Exército de forma a adaptar as atividades às peculiaridades da fisiologia feminina, considerando-se a importância de manter o alto padrão físico do militar que atua na linha combatente.

O Projeto tinha como foco conglomerar as melhores práticas para a preparação e capacitação dos membros das organizações de ensino que recebem o sexo feminino, revisão da legislação e adaptação das instalações.

3.1 CADETES NA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN)

Para ingresso na Academia Militar das Agulhas Negras (Resende-RJ), a estudante deverá realizar processo seletivo para adentrar na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), localizada na cidade de Campinas, no estado de São Paulo. A instituição fornece o primeiro ano do curso de formação dos oficiais do Exército. O curso tem duração de um ano e os procedimentos ocorrem no mesmo molde e regras de seus pares do sexo

masculino. Após um ano de estudos na instituição, no início do ano de 2018 as primeiras cadetes adentraram os tradicionais portões da AMAN.

Nos quatro anos seguintes, os estudos ocorrem na AMAN. O primeiro ano de estudos na AMAN corresponde ao Curso Básico onde as cadetes integraram as 4 companhias e os 12 pelotões de maneira natural e igualitária realizando assim, as mesmas funções e atividades independentemente de seu gênero. Seus cadetes são formados, e assim aspirantes a oficiais, saem com o título de bacharel em Ciências Militares em uma equivalência ao ensino superior convencional.

Em termos de comparação, a seguir temos dois gráficos: o primeiro, demonstra as notas dos dez alunos mais bem colocados no concurso da EspPCEX ano de 2017. Já o segundo gráfico, demonstra as notas obtidas no concurso da mesma instituição no ano de 2020:



Fonte: ExpPCEX



Fonte: ExPCEx

O ensino operado na AMAN não foge à regra quanto a formação, pois o mesmo é baseado na isonomia⁴. Princípio este do direito segundo o qual todos são iguais perante a lei, não devendo ser feita nenhuma distinção entre pessoas que se encontrem na mesma situação (ANGHER, SIQUEIRA, 2002). Buscando sobretudo a igualdade de tratamento e cobranças nas turmas mistas ingressantes na academia. Os únicos critérios que possuíam a necessidade de adaptação foram os referentes as características dos testes e exercícios físicos. Para definir esses critérios foram criadas tabelas dos mesmos testes com índices diferentes, mas que estivessem com as percepções de esforço semelhantes à das tabelas masculinas já existentes. O estudo para a adequação dessas tabelas foi realizado, e muito bem conduzido, pelo Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército (IPCEx)⁵ e contou com diversos estudos prévios nas áreas médicas, físicas e fisiológicas.

No capítulo a seguir, serão abordados conceitos e aspectos sobre as quadro de Material Bélico e o serviço de Intendência no Exército Brasileiro. O histórico, o que essas áreas

⁴ Art. 5º, "caput" da Constituição Federal, segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Assim, de acordo com tal princípio, os méritos iguais devem ser tratados de modo igual, e as situações desiguais, desigualmente, já que não deve haver distinção de classe, grau ou poder econômico entre os homens (ANGHER, SIQUEIRA, 2002).

⁵ Localizado na Fortaleza de São João no bairro da Urca na cidade do Rio de Janeiro, o Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército é referência em dados e amostragens relativas ao treinamento físico e suas respectivas evoluções no tocante a tropa e seus desenvolvimentos. Para mais informações consulte <http://www.ipcfex.eb.mil.br/>

abrangem e algumas informações extras como hinos e figuras importantes para ambas. Esse conteúdo visa familiarizar o leitor com linhas que as cadetes poderão optar por seguir em suas carreiras como futuras oficiais.

3.1 O CONTEXTO DA INSERÇÃO DAS MULHERES NA LINHA DE ENSINO MILITAR BÉLICA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Em meios gerais é possível constatar que é de desconhecimento da população em geral a forma como se dá a incorporação feminina nas FFAA. No EB por exemplo, existe diversos caminhos e especializações que podem ser escolhidas por cada integrante da Força Terrestre, englobando os mais diversos campos de atividades, e que, na maioria dos casos, molda por assim dizer toda a carreira militar de seus integrantes.

Todo o andamento será regido pelo momento crucial da escolha da Arma, Quadro ou Serviço do qual um militar do Exército deseja pertencer. As Armas englobam o militar combatente por excelência, historicamente o norte da profissão. Os Quadros aproximam militares dentro desses grupos guiados por uma finalidade geral própria. Nos Serviços que, como a expressão indica, têm uma atribuição de apoio, geralmente de caráter logístico.

As Armas podem ser separadas em dois grupos: Armas-Base (Infantaria e Cavalaria) e Armas de Apoio ao Combate (Artilharia, Engenharia e Comunicações).

Quanto aos Quadros, temos os seguintes: Quadro de Engenheiros Militares (QEM), Quadro de Material Bélico (QMB) e o Quadro Complementar de Oficiais (QCO). Com integrantes que possuem formação ou profissionalização através do tradicional Instituto Militar de Engenharia – IME, o QEM tem como seu compromisso a maior parte do trabalho técnico de engenharia não-combatente, como também a produção do material bélico, nas fábricas e arsenais.

O Quadro de Material Bélico (QMB) cuida das atividades gerais de manutenção dos equipamentos bélicos da Força, por exemplo todas as viaturas à disposição. Por fim, há o mais recente Quadro Complementar de Oficiais (QCO), que possibilitou aos portadores de um diploma de nível superior, nas áreas gerais da administração a admissão como

oficial de carreira, através dos estudos na Escola de Formação Complementar do Exército (Salvador/BA).

Dentre os Serviços, há dois segmentos: Intendência e Saúde. Ambos exercem suas funções em tempos de paz e na guerra para a manutenção dos militares, pelo acompanhamento às suas necessidades de subsistência e sanitárias. Os oficiais integrantes do segmento de Intendência são especialistas no cuidado dos suprimentos e nas finanças. Os oficiais do segmento de saúde, após a conclusão de seus estudos em uma instituição de ensino superior, adentram no Exército através da Escola de Saúde do Exército – EsSEx. Anterior a aprovação do PISFLEMB-EB e à entrada das cadetes na ExPCEx, as mulheres possuíam como opções de ingresso no Exército apenas o QEM, QCO e no Serviço de Saúde. Mas apesar da ausência no QMB, o acesso sempre foi realizado sob as mesmas condições e testes pelos quais seus pares do sexo masculino seriam submetidos.

Nas subseções a seguir, será exposto de forma condensada um retrato das duas áreas que as cadetes podem ter acesso a partir do segundo ano na AMAN para direcionar seus estudos.

3.1.1 MATERIAL BÉLICO

No dia 04 de novembro de 1959, com o intuito de fraternizar os militares e propiciar o aspecto doutrinário das unidades que se aplicavam às atividades relativas à manutenção, correção e preservação dos materiais de aplicabilidade militar foi concebido, através do Decreto nº 3.654, o mais novo núcleo operacional do EB: o Quadro de Material Bélico, que atualmente possui como símbolo, os dois canhões cruzados sobrepostos no brasão de armas da antiga Casa do Trem.

O Material Bélico é o componente da Função de Combate Logística responsável por planejar e conduzir as atividades e tarefas dos Grupos Funcionais Manutenção (principalmente armamentos, viaturas e aeronaves), Suprimento (particularmente de munição, combustíveis, óleos e lubrificantes), Transporte de Material de Emprego Militar (MEM) e Salvamento (evacuação de material salvado e capturado do inimigo). Tem importância fundamental, para a continuidade dos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro. (BRASIL, h)

A administração eficiente do material realizada pelos integrantes de Material Bélico, os Matbelianos, durante todo o Ciclo de Vida do Material de Emprego Militar (MEM) é o fator decisório para o triunfo da Força Terrestre nas Operações no Amplo Espectro realizadas. O Material Bélico colabora para garantir à Força Terrestre o poderio de fogo e a mobilidade tática vitais para o cumprimento de sua função, fornecendo e conservando os seus meios materiais.

Em seu livro “O Espírito Militar: Um Antropólogo na Caserna”, o professor Dr. Celso Castro traz um retrato breve, porém de muito intimismo da visão interna dos Matbelianos. São conhecidos pela alcunha de “papirões” por possuírem o hábito muito constante e reconhecidamente forte dos estudos. Por outro lado, disputam com os militares da Intendência o título de “civis de farda”. A escolha desta arma na AMAN causa um certo estranhamento entre os cadetes, pois em sua visão o forte contato com mecânica, por exemplo, seria uma atividade do mundo externo aos muros da instituição, não é uma exclusividade do mundo militar.

“(…) é aquele cara que ficou na dúvida até a última hora... não é um cara que tem opinião formada: “Eu vou pro Matbel!” Eu acho que não existe esse cara.... Seria um campo mais pro civil, sabe? um civil-militar. O cara podia fazer o curso fora, ganhar a patente e não precisar fazer Academia pra ser Matbel. (engenheiro, 3º ano) (CASTRO 2004, p 112)

O Matbeliano é contemplado de características como polivalência, capacidade de adequação e altruísmo para corresponder à altura aos desafios enfrentados vide a velocidade na qual a tecnologia avança no setor de defesa. O grau de sofisticação tecnológica dos produtos de defesa, a rápida obsolescência e os custos para sua aquisição e preservação ao longo do tempo, demandam rigoroso planejamento e acurada execução do apoio de material. O militar da área de Material Bélico deve estar sempre em atualização constante das táticas, técnicas, procedimentos e ao apoio logístico. Devem ser providos de alta capacidade técnica e de gerenciamento, versatilidade, proatividade, responsabilidade e senso de liderança. O gerenciamento dos materiais realizado pelo Material Bélico torna-se uma atividade indispensável para a invariabilidade da operacionalidade da Força Terrestre como um todo.

3.1.2 INTENDÊNCIA

Em 1921, é inaugurada a Escola de Intendência, tendo como responsável o Coronel Luiz Buchalet. O ensino da escola era dividido em duas áreas: Curso de Intendência, focado em formar os quadros de Intendência de Guerra, e Curso de Administração, para compor os Corpos de Gestão, juntamente aos oficiais contabilistas.

Na Escola de Intendência, o programa de conferências era focado nos cursos técnicos de fardamento, de alimentação, de administração do Exército e de administração geral, fornecendo dados específicos sobre as condições e as produções brasileiras (LOPES, 2019).

No tocante ao espírito da arma, Celso Castro retrata em sua obra “O espírito militar: um antropólogo na caserna” da seguinte forma:

“Os intendententes dizem que, para desempenharem suas funções de rotina, precisam ser “calmos”, “tranquilos” e “metódicos”. O intendente não é um “guerreiro”, mas trabalha “com a cabeça”; não é “bitolado”, mas “mente aberta”; não é tanto “vibrador” é mais “racional”, “lógico”, “que gosta de sentar à mesa e conversar, resolver as coisas”. Para os intendententes, sua Arma possui grandes vantagens em relação às outras. Em primeiro lugar, o intendente trabalha em quartéis de todas as Armas, o que aumenta o leque de opções para servir. Em segundo lugar, ele é o elemento que terá maior contato com o meio civil durante o desempenho de suas funções — o que possibilitaria manter uma “vida social”. Além disso, a Intendência seria a Arma que “mais tem a ver com a realidade civil”, o que seria de grande valia no caso de a pessoa vir a sair do Exército, com uma integração ao mercado de trabalho mais fácil.” (CASTRO, 2004)

Além do relatado acima por Castro, os cadetes intendententes prezam e valorizam sua Arma mostrando ao longo dos anos de estudo que nela há muito trabalho. Sendo um trabalho fundamental para o funcionamento e organização do Exército.

Após esta recapitulação acerca do histórico, das características e principalmente, dos espíritos do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência, chegaremos na parte vital desta pesquisa: trataremos da análise da integração das cadetes na Academia Militar das Agulhas Negras. O capítulo a seguir trará detalhes e dados sobre como essa adaptação ocorreu e como se desenvolveu através do aproveitamento físico e acadêmico das alunas.

4 ANÁLISE DA RECEPÇÃO DAS MULHERES NA AMAN

Nos capítulos anteriores, procuramos trazer o histórico e as motivações por trás da integração das mulheres ao Exército e especificamente à AMAN. Conteúdo apresentado embasado em todo o material consultado e mencionado anteriormente.

Neste capítulo, trataremos da forma como vem ocorrendo essa integração, usando para isso o retrato exposto por 5 instrutores entrevistados ao longo dessa pesquisa. A ideia de utilizar um material como esse é de obter com maior fidelidade aos fatos ocorridos dentro dos muros da AMAN para responder à pergunta dessa pesquisa: **Como foi conduzida a política de inserção de mulheres na AMAN no período de 2017 a 2021? Avanços e potenciais desafios.**

4.1 GRUPO AMOSTRAL ANALISADO

Trata-se de 5 militares com patente de Major sendo que 4 deles obtiveram a formação dentro da própria AMAN em anos anteriores e 1, por ser uma mulher, era oriunda da Escola de Sargentos das Armas - ESA. Dentre os participantes homens, 2 já haviam realizado atividades de instrução de turmas de ensino básico em anos anteriores também. Para uma melhor localização das falas e/ou percepções, essas pessoas serão identificadas da seguinte forma: EH para os homens entrevistados e o número de 1 a 4 para mostrar a variação de participação e EM1 para a militar do sexo feminino.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

as entrevistas foram feitas com o auxílio de um roteiro composto por perguntas abertas, e os dados coletados foram interpretados pelo pesquisador, com o objetivo de fazer considerações sobre o **objetivo geral, e os específicos, dessa pesquisa.**

Deve-se ressaltar que todas as opiniões, entendimentos e percepções cedidos para essa pesquisa, foram aproveitados. Todas as ideias, independente da perspectiva de integração, diferenciação e fragmentária, foram utilizadas para conduzir as oportunidades

de aperfeiçoamento, e para uma possível fonte de futuras pesquisas na área (CARRIERI, 2008).

Juntamente aos apontamentos e considerações derivadas das entrevistas, foram utilizados os indicadores acadêmicos das cadetes, a saber, as notas obtidas por elas no primeiro ano de seus estudos. Mas vale ressaltar que estas notas ganham importância na medida em que as mesmas são utilizadas como indicador complementar para o cenário como um todo. Ainda que outros elementos possam ser utilizados para determinar o sucesso da integração – elementos externos ao desempenho acadêmico e de natureza mais subjetiva – isso não invalida a importância do desempenho acadêmico como indicador da integração.

A entrevista foi iniciada para todos buscando entender como os participantes foram escolhidos para fazer parte do PISFLEM-EB. A resposta unânime foi de um convite recebido pela instituição para que fossem instrutores na AMAN. Mas como essa decisão foi tomada? Segundo os entrevistados EH1, EH2, EH3 e EH4, durante a formação como cadetes da Academia, é desenvolvido o histórico primordial para toda a vida militar do indivíduo. Através dessa classificação baseada no rendimento e desempenho global do militar, os que mais se destacam são chamados para a instituição novamente, mas para exercer a função de instrutores.

Quando questionados sobre treinamentos ou ambientações prévias aos exercícios da função de instrutores, foram colhidas experiências diferentes entre os entrevistados. EH1 mencionou a existência de palestras frequentes com pessoas chave que obtiveram vivências e experiências na Escola preparatória de Campinas para prever e adaptar últimos detalhes para AMAN como um todo e assim deixar a experiência mais fluída na adaptação inicial.

Do ponto de vista pedagógico eu lembro que nós chegamos no início do ano e tem o ESTAP, que é o Estágio de Adaptação Pedagógica (..) lembro que nesse ESTAP já houve uma carga considerável de padronizações referentes ao PISFLEMB. Havia uma Major que era a gerente do projeto na AMAN. Então ela acompanhou desde a implantação e ela visitou outros exércitos e teve acesso à documentação das introduções nesses países. (...) Foram tratados assuntos como assédio sexual, assédio profissional e moral e condutas que foram incluídas nos regulamentos da AMAN para cada uma dessas situações. (EH1)

O entrevistado EH1 ainda ressalta ao longo desse questionamento, que as experiências para pavimentar a aplicação do projeto foram trazidas de países como Espanha e Estados Unidos da América, mas também de exemplos vindos da Marinha e Aeronáutica brasileiras. Obviamente com suas adaptações necessárias em questões mais práticas a exemplo de fardamento, mas surge nesse instante o aspecto de convergência entre as FFAA brasileiras.

O fato das provas aplicadas para os cadetes homens e mulheres serem as mesmas permite, ainda, um controle que possibilita a comparação dos resultados. Isto torna possível medir a integração relativa das mulheres relativamente aos seus colegas do sexo masculino. Esse aspecto da igualdade de cobranças e formas avaliativas, ressalta ainda mais o conceito que foi a unanimidade entre os entrevistados: isonomia.

Ao mesmo tempo, a separação dos resultados por matéria permite uma melhor apreciação das nuances desta integração, destacando possíveis áreas onde ainda existem desafios à integração comparativamente a outras onde está já se encontra mais bem-sucedida.

Disciplina	Sexo Feminino				Sexo Masculino			
	Média	Mediana	Máxima	Mínima	Média	Mediana	Máxima	Mínima
Língua Portuguesa I	8,27	8,17	9,68	6,63	7,17	7,2	9,25	0
Língua Inglesa I	9,23	9,46	9,93	7,19	8,37	8,51	10	0
Língua Espanhola I	8,57	8,64	9,92	7,13	7,63	7,7	9,51	2,78
História	8,67	8,93	9,97	6,55	8	8,1	9,86	2
Física Aplicada	8,63	8,8	9,82	4,35	8,08	8,28	10	0,9
Química Aplicada I	8,1	8,25	9,23	5,71	7,65	7,81	9,39	2,44
Cálculo	7,66	7,98	9,79	1,71	7,2	7,32	9,9	1
Cibernética I	7,34	7,4	8,64	4,78	7,27	7,26	9,57	2,33
Introdução das Técnicas Militares	7,09	7,61	8,53	2,63	6,91	7,01	9,22	3,16
Técnicas Militares I	8,65	8,7	9,51	6,92	8,63	8,73	9,68	5,1
Técnicas Militares II	8,45	8,64	9,21	7,3	8,04	8,08	9,74	1,36
TFM I	7,6	7,5	10	2,5	8,34	8,75	10	2,5
TFM II	8,15	9,5	10	1	9,21	10	10	2,5
TFM III	5,56	5,5	9,75	0,5	8,05	8,25	10	0
Competência Atitudinal	8,39	8,42	9,53	6,13	8,09	8,17	9,63	4,17

Figura: Desempenho dos cadetes de sexo masculino e feminino da turma de 2017 da AMAN. Fonte: JÚNIOR SANTOS (2018).

Chamam a atenção na tabela da figura acima os seguintes elementos:

- O desempenho médio superior das cadetes do sexo feminino nas matérias: Língua Portuguesa I, Língua Inglesa I, Língua Espanhola I, História, Física Aplicada, Química Aplicada I, Cálculo, Cibernética I, Introdução das Técnicas Militares, Técnicas Militares I, Técnicas Militares II e Competência Atitudinal. Estas perfazem treze matérias dentre as dezesseis do total.
- O desempenho médio superior dos cadetes do sexo masculino nas matérias: TFM (Treinamento Físico Militar) I, II e III, perfazendo três dentre as dezesseis. A saber, estas matérias representam o componente físico da avaliação dos cadetes, sendo compostas pelas provas de natação e aquáticas, pelas provas neuromusculares e de corrida.

Desse modo, é notável o desempenho das cadetes mulheres nas matérias de fundo mais acadêmico, inclusive nas matérias voltadas para as ciências naturais e exatas, como Física, Química, Cálculo e Cibernética. O desempenho das cadetes mulheres também foi positivo nas matérias voltadas para a aquisição de conhecimentos específicos da área militar (representados na relação pelas três matérias de Técnicas Militares).

O que pode explicar essa diferença de desempenho? A dificuldade do ingresso na AMAN já impõe uma seleção rigorosa ao nível dos candidatos; em se tratando do caso das candidatas mulheres, o número relativamente restrito de ingressantes (40 alunas, frente aos 400 alunos de sexo masculino) estabelece um rigor adicional na seleção, particularmente quando considerada a relação candidato-vaga: o processo seletivo para o ingresso na AMAN contou com 7.708 mulheres e 22.061 homens inscritos (BRASIL, AMAN, 2021). Dessa forma, é possível falar de uma relação candidato-vaga de cerca de 192 para 1 entre as candidatas mulheres, enquanto a relação candidato-vaga para os cadetes homens é de cerca de 55 para 1, sendo a disponibilidade relativa de vagas, então, quase quatro vezes maior para os ingressantes de sexo masculino.

O desempenho bastante positivo das cadetes mulheres, então, é em parte explicado pelo processo seletivo relativamente mais disputado que estas enfrentam (ainda que, em termos de dificuldade absoluta, este seja o mesmo do que o enfrentado pelos homens). Outra evidência do efeito da quantidade sobre os resultados se dá na nota máxima, também observável na tabela: é de se esperar que, com uma amostra mais ampla entre os homens do que as mulheres, os resultados mais extremos (a exemplo da nota máxima) também sejam mais elevados que os do grupo mais restrito, o que de fato ocorre em dez

das matérias onde a nota máxima obtida pelos cadetes homens foi superior à nota máxima obtida pelas cadetes mulheres.

Pode-se supor, então, que à medida que o número de vagas disponíveis para ingressantes do sexo feminino aumentar, esta diferença irá se diluir, devido ao universo mais amplo de candidatas femininas a ingressar no curso. Este também é um desejo de todos os entrevistados. Que num futuro próximo seja possível e praticável que o concurso de acesso para a instituição, não possua mais a divisão de vagas entre homens e mulheres. Mas para isso, antes deve ser estudo e avaliado o aspecto mais espinhoso ao longo do processo de acesso e ao longo da formação das cadetes: desempenho físico.

O desempenho relativamente inferior das candidatas mulheres indicaria uma dificuldade de adaptação? Sobre este ponto específico, a entrevista EM1 expôs o seguinte relato:

A primeira turma teve bastante dificuldade com Treinamento Físico Militar, porém houve adaptação no teste de admissão e isso foi melhorando nas outras turmas. E elas adaptaram bem nos anos seguintes. (...) (Ocorreram) Alterações nos índices de admissão. Ex. É obrigatório fazer uma barra fixa na entrada.

O preparo físico das mulheres no ambiente militar tem tradicionalmente sido um ponto contencioso nos debates sobre o ingresso das mulheres nas FFAA, até dentro de posicionamentos que defendem sua maior inclusão: Campbell (2018), por exemplo, apontam que a diferenciação na avaliação do desempenho físico entre homens e mulheres na carreira militar é desejável devido a diferenças inerentes de ordem física.

O preparo físico é um elemento incontornável da vida militar, sendo suas qualidades constitutivas de agilidade, força e resistência essenciais para a prontidão que necessita a defesa da Nação. Se é verdade que revoluções tecnológicas sucessivas no universo militar, da invenção da pólvora à integração das tecnologias da informação e a inteligência artificial, deslocaram a centralidade desse elemento, seu emprego continua sendo um elemento inescapável do combate. Assim sendo, a preocupação com o desempenho físico das mulheres no ambiente militar é legítima.

Se é verdade, então, que um certo grau de diferenciação física entre homens e mulheres é observável, inclusive entre os candidatos e candidatas aprovados para ingresso na AMAN, é possível perguntar se esta diferenciação não deve ser avaliada levando em

consideração o preparo pregresso, em que fatores sociais e de comunidade têm uma influência importante.

Segundo os instrutores do sexo masculino entrevistados para essa pesquisa, a opinião foi unânime quanto ao aspecto físico do treinamento. Como já era esperado, foi constatado através dos relatos uma maior constância e desempenho por parte dos cadetes de sexo masculino. Conforme exposto pelo EH4, essa diferença já é notada na prova de acesso, como por exemplo, no exercício de barra. Esse exercício necessita de maior atenção e treinamento e dedicação das cadetes para assim, chegar a desejável isonomia de todo o processo.

Do ponto de vista de abordagens dos instrutores para com as alunas durante as rotinas diárias de treinamento e exercícios, os entrevistados deixaram as seguintes impressões:

Eu fui para a AMAN vinda de outra escola, a ESA, onde só tem alunos homens e essa mentalidade de vocabulário menos rude já estava sendo implantada lá. Mas alguns jargões típicos da caserna estão sendo substituídos devido duplo sentido que poderia causar alguma indisposição. Ex. Arrombado (EM1)

Não, não havia problema em relação a isso, desde que realmente fosse mantido a isonomia no tratamento e não ferindo, né? Isso é, algumas vezes até ferindo, mas de maneira até caricata. Não ocorreram nenhum tipo de problema ao longo de 2019 (EH4)

Podemos também abordar de forma breve e superficial, o relato de um dos instrutores sobre os aspectos psicoemocionais dos cadetes. Assunto este que abre todo um caminho para pesquisas futuras sobre o tema.

Por não saber quais seriam os limites das cabeças, principalmente em relação a problemas psicológicos, tivemos cadetes com problema de depressão. O cadete com ideação suicida no segmento feminino. E aí, no outro ano, percebemos que esses casos, são casos pontuais que acabaram. Essas cadetes acabaram não conseguindo informação pedindo o desligamento, né? (EH4)

Tivemos alguns casos, como comentei, de ideação suicida e a gente orientava quem passava por esse problema, procurar psicólogo psiquiatra. (...) Ele tinha direito de se acusar, de falar que está com esse problema. A gente orientava no caso de ele falar antecipadamente, mas a gente reparava pela mudança de humor, pela falta de brilho no olhar, né? Que subjetivamente é isso. A pessoa cabisbaixa, conscientemente, e aí é constantemente punido por não estar seguindo as regras, horários, et cetera. E a gente orientava.

Inicialmente, passar pelo pedagogo, em seguida, psicólogo. Depois, se fosse o caso psiquiatra. (EH4)

Se observarmos o ensino dedicado aos civis em geral, onde esse aspecto de abordagem não é analisado por essa ótica, a ampliação das possibilidades acadêmicas para mulheres foi considerável nas últimas décadas: as mulheres perfaziam 26% das matrículas no ensino superior em 1956; 15 anos depois, em 1971, alcançaram 40% das matrículas (BARROSO e MELLO, 1975); em 2009, a proporção de mulheres entre o total de matriculados no ensino superior atingiu 55%, próximo ou levemente superior à sua proporção na população geral (BARRETO, 2014). Essa influência de participação e ocupação de locais até aquele momento não tão frequentado por questões sociais, iria repercutir em outras áreas como, inevitavelmente, ambientes militares conforme Carreiras demonstrou no segundo capítulo dessa pesquisa.

A ampliação do acesso das mulheres à educação em todos os níveis, sem dúvida, contribuiu muito para o quadro verificado na figura 2, em que as cadetes mulheres obtiveram um desempenho muito próximo ou até superior aos homens em diversas matérias de cunho acadêmico. Apesar de este não ser um teste reproduzível, é relativamente pouco controverso afirmar que, se a AMAN fosse aberta ao ingresso feminino já em 1956 (para ficar na data mais antiga que selecionamos para essa série histórica), é bastante provável que o nível acadêmico tanto das candidatas quanto das aprovadas fosse muito inferior ao atual (SANTOS, 2018).

A diferenciação física e biológica entre homens e mulheres também tem obstáculos em sua superação. O reconhecimento dessas diferenças não deve, entretanto, ser tomado de forma determinista, que exclua a possibilidade de mudanças: afinal, não era incomum, em meados do século passado, a visão patriarcal de que as mulheres seriam menos racionais que os homens e que, portanto, teriam menos aptidão do que estes para as ciências exatas e naturais. Pelo contrário, aquilo que se verifica nos resultados da primeira turma feminina da AMAN é justamente uma aptidão muito semelhante, o que naturalmente foi efeito de anos de ampliação das possibilidades para as mulheres de estudo dessas disciplinas.

A diferenciação física entre os homens e mulheres possui componentes biológicos, mas é também influenciada por fatores sociais e de comunidade, que agem para reproduzir

essa diferença; a saber, a ênfase na socialização feminina da docilidade e domesticidade como características desejáveis, em detrimento das realizações atléticas, da força e da resistência, identificadas com o universo masculino. De acordo com Júnior Santos (2018):

(...) A construção que se tem da identidade do masculino é sempre pautada na “outridade” da identidade feminina e essa dinâmica é ainda mais clara no ambiente militar, este que historicamente foi associado e construído como masculino e que, assim, enaltece as características compreendidas como tradicionalmente masculinas. O soldado é o oposto do que uma mulher deve ser.

Esta citação ajuda a ilustrar a forma como se constituem os valores da corporação militar: historicamente, estes sempre foram influenciados pelos valores masculinos dominantes da sociedade ao seu redor, com diferentes ênfases: racionalidade, força, disciplina. Não é exagero dizer também que, no sentido oposto, os valores defendidos pelas Forças Armadas também foram passados a civis do sexo masculino, por meio da socialização com parentes com passagem pelas FFAA ou pelo prestígio que estas sempre tiveram na sociedade brasileira. Assim, o universo masculino influencia os valores militares, enquanto os valores militares também permeiam a definição da masculinidade, embora cada campo guarde suas especificidades.

Ao mesmo tempo, a socialização dos dois sexos também se constitui de maneira antagônica um com relação ao outro: se o homem é visto como racional, a mulher é vista como emocional, e assim por diante. Frente à essa oposição, e à identificação estrutural do universo masculino com os valores militares, a posição da mulher como “oposto de um soldado” torna-se compreensível.

Mesmo entre o universo relativamente restrito das aprovadas para o curso da AMAN, é de se esperar que essas pressões sociais, exercidas desde a infância, tenham tido algum grau de influência em seu desempenho, para não dizer nada das candidatas.

O impacto desses fatores sociais não deve ser negligenciado. À medida que crescer o estímulo à participação das mulheres em atividades atléticas e esportivas, é provável que essa diferença entre as médias diminua, à exemplo do que ocorreu com o desempenho acadêmico. Pode-se inclusive entender o fomento à participação das mulheres no Exército, e o efeito de exemplo que isso gera para tantas mulheres na sociedade brasileira, como um elemento nesse processo gradual, o qual está, naturalmente, longe de ser concluído. Que os resultados atuais sejam, dessa maneira, entendidos não como um

entreve à maior inclusão das mulheres, e sim como um estímulo à continuidade desse processo.

Em questionário conduzido entre os cadetes homens e mulheres no ano de 2018, Júnior Santos concluiu que 37% dos cadetes homens defendem que o número de vagas disponibilizadas ao sexo feminino deveria ser ampliado, proporção semelhante ao de cadetes mulheres que defendem a mesma posição (41%). Enquanto isso, a posição de que o sexo feminino deve ter menos vagas disponibilizadas na AMAN encontra o apoio de 27% dos cadetes homens – proposta que não foi apoiada por nenhuma das cadetes mulheres (0%). Se parece então haver um apoio significativo para a ampliação do acesso das mulheres à AMAN tanto entre os cadetes homens e mulheres, também é verdade que é possível encontrar, entre os homens, uma resistência a essa presença.

Gostaria de ressaltar que esse questionário elaborado e aplicado por Júnior Santos, ainda está com um viés de alunos do sexo masculino que não vivenciou propriamente dito a inserção feminina. Conforme já citado, a mentalidade e até mesmo os hábitos de um ambiente essencialmente masculino ainda estavam presentes nos dados aqui apresentados por Santos.

Se observarmos as opiniões colhidas com os instrutores entrevistados em 2022, todos defendem que deve-se evoluir o processo de forma que seu concurso de acesso não possua essa diferenciação entre homens e mulheres para adentrar os muros da AMAN. Visto que a procura e a concorrência entre as mulheres, é de saltar aos olhos:

(...) Devido à pouca quantidade de vagas no concurso, o teste de entrada, o teste coletivo para elas, de entrada, traz as mulheres com nível intelectual bem mais elevado. Então a concorrência era muito mais elevada para as mulheres, para a quantidade de vagas dos homens. Então o desempenho delas era muito bom na parte cognitiva. E como a gente tem a questão da classificação, que vai nos seguir ao longo da carreira, ela marca bastante para promoções. (EH4)

Chama a atenção na mesma pesquisa, por outro lado, a proporção de cadetes que defendem que não deveriam haver vagas pré-definidas para o sexo masculino e feminino – de apenas 10% entre os homens, mas que atinge 48% entre as cadetes do sexo feminino. Tal opinião sem dúvida é um reflexo da crença meritocrática das aprovadas, segundo a qual outras mulheres poderiam entrar mesmo sem a existência de vagas

reservadas. Ainda que mais estudos sejam necessários para avaliar se essa seria uma medida positiva, particularmente devido ao grande interesse relativo das mulheres pela carreira militar (conforme visto na seção anterior), esta crença pode em parte ser uma consequência da posição de relativo privilégio conquistado pelas cadetes, que poderia levá-las a ignorar as dificuldades que outras mulheres poderiam vir a enfrentar no processo de seleção se não houvessem vagas reservadas.

De acordo com Mijs (2018), existe uma tendência entre grupos mais favorecidos de tomar sua própria posição como algo natural, algo verificado quando grupos das classes abastadas e das classes populares são perguntados quanto a sua crença de que a sociedade em que vivem possui um problema de desigualdade estrutural: indivíduos de classe abastada possuem uma chance bem menor de possuir essa crença, em comparação com os indivíduos de classes populares. A ideia de meritocracia é, então, reconfortante para o grupo privilegiado, por defender que seus privilégios não seriam injustos e que os outros possuiriam as mesmas oportunidades.

O ingresso das mulheres em outros cursos além da Intendência e Material Bélico também foi algo levantado em Silva e Xavier (2021). De acordo com uma cadete:

Concordo com a entrada de todas em todas as armas, pois assim como há cadetes homens com dificuldade em atividades, também há mulheres. E aquelas que se sentirem confortável para escolher as outras armas deveriam ter a opção. Não acredito que a condição de ser mulher seja problema e sim o nível de dedicação. Lembrando que passamos pelo básico também, onde tudo é feito como se infantaria fosse e nos destacamos em muitas atividades”.

Esta opinião parece encontrar respaldo entre as outras cadetes: 80% das cadetes acreditam que poderiam se inserir em outras formações, e 88% que elas poderiam desempenhar muito bem as atividades das mesmas. Entretanto, quanto ao ponto das atividades físicas, 63% das cadetes admitem que as atividades de campo representam um fator de preocupação, com 48% das cadetes apontando o TFM como um fator específico de preocupação (SILVA e XAVIER, 2021).

Quanto a percepção dos instrutores sobre o TFM:

Porque o teste físico é diferente, os índices são diferentes. E aí, estatisticamente, a porcentagem de mulheres com nota 10, por exemplo, era

bem maior que a porcentagem de homens com nota 10. Só que os homens às vezes têm que fazer 10 barras, por exemplo. E as mulheres precisam fazer 4. (EH2)

Sobre a inserção em outras formações dentro da AMAN além de Material Bélico e Intendência, o entrevistado EH3 mencionou:

(...) Eu sei que isso ainda está em um projeto, ainda está em avaliação, né? Então o que se discutia na época era expandir, né? Eu sei que isso aí foi feito, mas quando será implantado, ainda é algo sem resposta. Vai depender dos avanços das cadetes, principalmente no aspecto físico, que manda muito. (EH3)

(...) Com o nível de teste de entrada elevada, independente se vai ingressar mulher ou homem, vai atingir a isso aí, levaria para um próximo ponto que seria essas mulheres podendo desempenhar funções de oficial de infantaria de cavalaria. Se eu falar um nível de teste físico, que é levado, ao meu ver. Assim, eu tinha cadete que pelo perfil de liderança e de perfil físico, poderia dizer a função inicial de infantaria. Mas eu acho que isso aí é uma dentre 1000, por exemplo. (EH2)

4.2.1 COMPETÊNCIAS

A maior rejeição relativa dos cadetes masculinos à ampliação do acesso das mulheres à AMAN também encontra eco nas diferenças de opinião sobre as competências dos cadetes homens e mulheres. Mariotoni (2021) traz os seguintes dados:

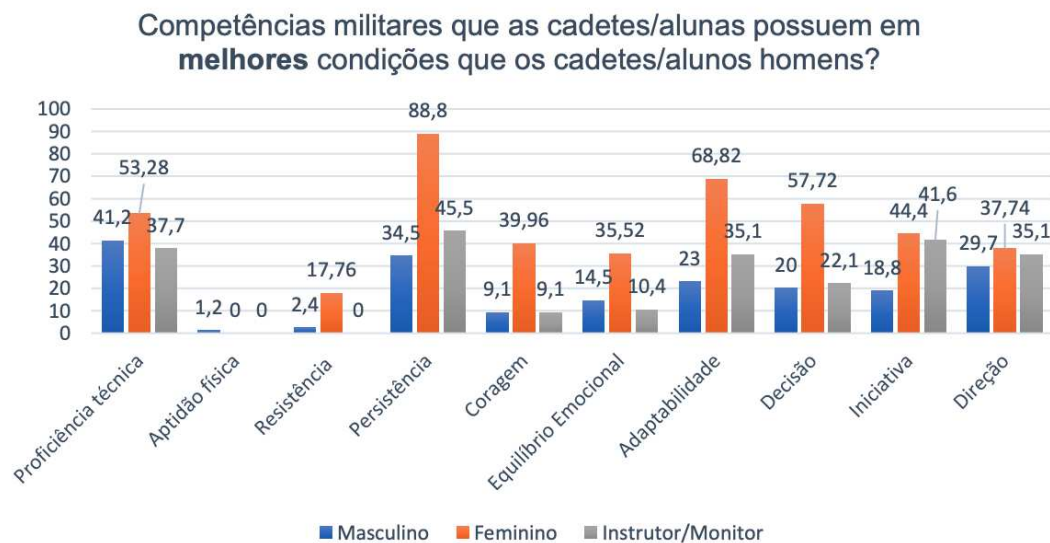


Figura 3: Competências militares que as cadetes/alunas possuem em melhores condições que os cadetes/alunos do sexo masculino.

Fonte: MARIOTONI, 2021.

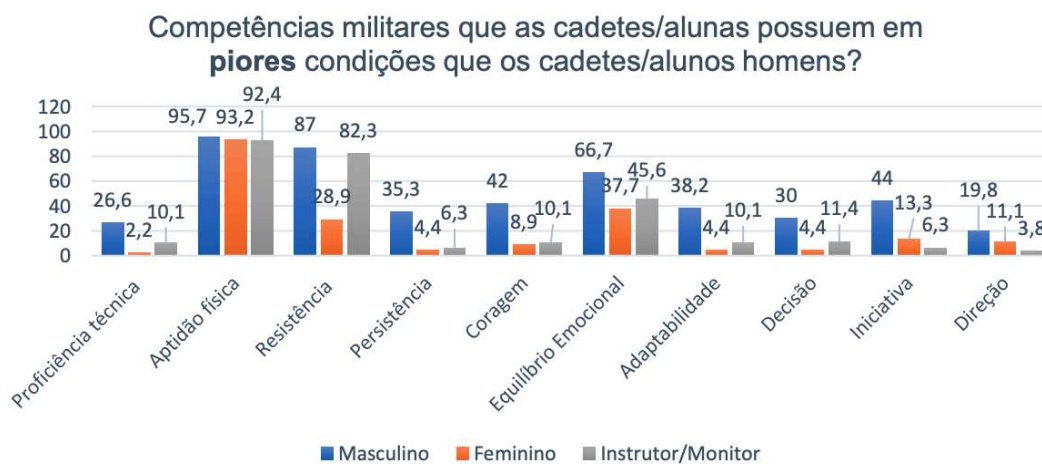


Figura 4: Competências militares que as cadetes/alunas possuem em piores condições que os cadetes/alunos do sexo masculino. Fonte: MARIOTONI, 2021.

Os resultados acima iluminam algumas discordâncias que merecem maior análise. Enquanto existe alguma concordância entre os cadetes homens e mulheres sobre as competências de resistência (com apenas 17% das mulheres acreditando possuírem esta competência em melhores condições que os homens, opinião compartilhada por 28% dos

homens), as competências de coragem e equilíbrio emocional apresentam resultados opostos.

Enquanto 39% das mulheres afirmam ter a competência de coragem em melhores condições do que os homens, 42% dos homens partilham da opinião contrária, de que os homens têm essa competência em melhores condições. Tal situação se verifica também na competência de equilíbrio emocional, em que 66% dos homens afirmam que possuem essa competência em melhores condições, enquanto apenas 14% das mulheres acreditam na mesma afirmação. Em comparação, 35% das mulheres acreditam que as mesmas possuem a competência de equilíbrio emocional em melhores condições (MARIOTONI, 2021).

4.2.2 LIDERANÇA

A liderança representa outro ponto contencioso em se tratando da relação entre os cadetes do sexo masculino e feminino na AMAN. Nesse ponto, Mariotoni (2021) traz a seguinte comparação:

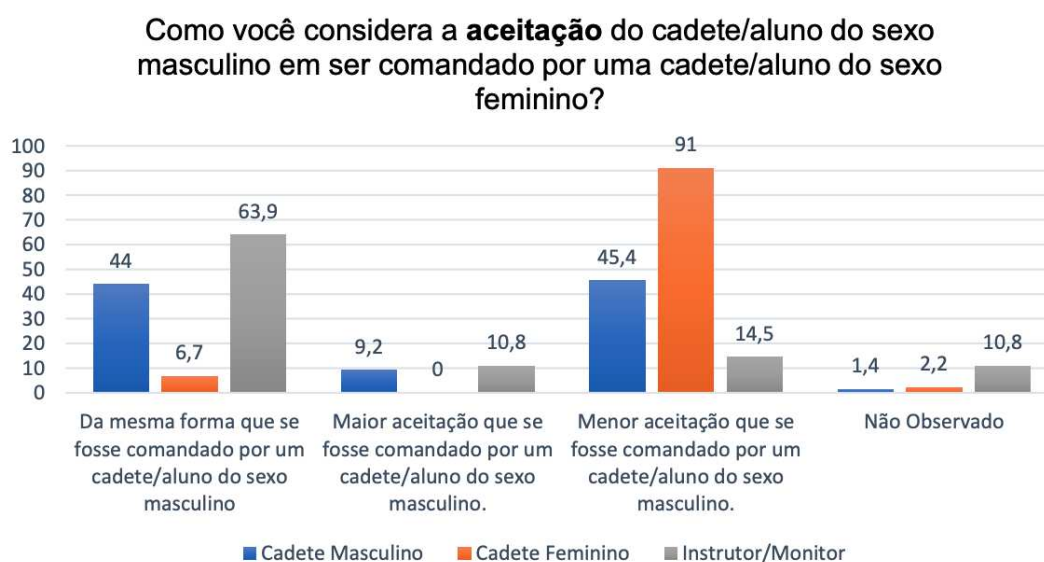


Figura 5: Aceitação do cadete/aluno do sexo masculino em ser comandado por uma cadete/aluna do sexo feminino.

Fonte: MARIOTONI, 2021.

Mas quando a pergunta é feita para os próprios cadetes o cenário é diferente. Novamente, o resultado fica bastante dividido entre aqueles que acreditam que a aceitação seria semelhante, independentemente do sexo do comandante (44%) e entre aqueles que apontam a possibilidade de uma menor aceitação se o comandante fosse do sexo feminino (45%). Ainda mais notável é o fato de 91% das cadetes do sexo feminino acharem que uma comandante de sexo feminino não seria tão bem aceita como seu equivalente masculino.

A discrepância entre as respostas dos homens e das mulheres pode apontar para um cenário em que a persistência de preconceitos ligados aos papéis de gênero não é percebida da mesma forma entre homens e mulheres, com estas estando mais atentas aos mesmos à medida em que galgam posições normalmente ocupadas por homens. Dessa forma, mesmo um julgamento “objetivo” por parte dos cadetes homens pode esconder preconceitos embutidos na escolha dos critérios usados para medir suas colegas.

Nas entrevistadas coletadas em 2022, foi possível notar que a liderança pode ser notada, estimulada e louvada ainda em tempo do ensino básico:

É mais a questão do perfil para liderar o grupo. Então tinha mulher que era, foi eleita presidente do Grêmio inclusive. Essa é uma função entre eles que é feita com votação, né? Que existe alguma boa herança no grupo. E tinha cadetes do segmento feminino, que em todo o teste sociométrico, teste lateral de desempenho após atividades no campo, elas eram votadas negativamente, enquanto outras eram destaque. Inclusive, uma das minhas alunas foi destaque. (EH2)

Um exemplo disso é o da voz de comando, conforme apresentado por Ávila (2021). A voz de comando é a voz utilizada para dar ordens e comandos militares. Enquanto pode-se imaginar que a qualidade essencial da voz de comando é sua potência de projeção e clareza, de modo que os comandos sejam entendidos até por soldados à distância, Ávila (2021) discute a possibilidade de uma voz de comando com timbre feminino não ser tão bem aceita por cadetes homens, justamente pela imagem de um oficial militar estar tão fortemente vinculado a uma figura masculina e, por extensão, a um timbre de voz masculino. Ávila discute que seria então necessário a uma mulher “engrossar a voz” para simular uma voz masculina, mesmo que isso ainda assim resultasse em um timbre

diferente. Como destacamos, não é a gravidade da voz a principal qualidade associada com a voz de comando.

Estes resultados são de importância ainda maior na medida em que a abertura dos espaços de liderança no Exército às mulheres é justamente uma das finalidades de sua admissão na AMAN, uma vez que esta é a instituição de maior prestígio de formação inicial para a carreira militar dentro do EB. Baseado nas entrevistas e dados coletados em outros estudos sobre esse assunto, as avaliações feitas pelos cadetes do sexo masculino se seguem a um desempenho acadêmico que, conforme vimos, foi de modo geral positivo entre as cadetes do sexo feminino; ainda assim, elementos de sua presença na instituição são contestados. Isso evidencia que não está dado que apenas a inclusão das mulheres nos espaços e carreiras militares, e mesmo sua ascensão a postos de comando, resultaria automaticamente em uma melhor integração e aceitação das mesmas na esfera militar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos responder a seguinte pergunta: **Como foi conduzida a política de inserção de mulheres na AMAN no período de 2017 a 2021? Avanços e potenciais desafios.**

Vimos no primeiro capítulo como um conjunto de fatores sociais levou ao maior acesso das mulheres às FFAA e como o Brasil não está isolado nessa mudança: desde a evolução tecnológica associada ao mundo militar, passando pela redução dos conflitos, no contexto daquilo que Charles Moskos chamou de “Exército pós-moderno” e foi muito bem explorado por Helena Carreiras.

Nesse contexto, há também uma contextualização do papel das FFAA, que abre um espaço para a maior participação feminina. Ao mesmo tempo, as mulheres conquistaram uma maior posição na esfera política, empresarial e acadêmica, legitimando sua inclusão também nas FFAA.

No segundo capítulo, procuramos avaliar essa entrada tendo em vista o contexto apresentado no primeiro capítulo. Foram exemplificadas as abordagens e a importância da literatura feminista dentro dos assuntos de Relações Internacionais e conseqüentemente os assuntos de Defesa.

As Mulheres nas Forças Armadas em perspectiva histórica, a questão do gênero e a inserção das mulheres no meio militar, Carreira e motivação também integraram os assuntos tratados no segundo capítulo. Foram examinados por uma lente histórica como as mulheres permearam pela história das FFAA nos principais momentos da história do Brasil trazendo de forma breve as inserções da Marinha, Aeronáutica e do Exército Brasileiro. Apesar das diferenças, ficou demonstrado no capítulo onde encontramos os dados das entrevistas, que as FFAA conversam e trocam experiências entre si para o avanço das inserções.

No terceiro capítulo, ocorreu a contextualização das duas linhas em que foi autorizado o ingresso das cadetes de sexo feminino – Material Bélico e Intendência – para que fosse possível a compreensão dos passos futuros das cadetes aqui estudadas. Em um primeiro momento, foi feita uma análise mais quantitativa de indicadores acadêmicos, enquanto

em um segundo momento a análise se debruçou sobre indicadores qualitativos retirados de questionários diversos.

Nossos resultados apontam que a história da integração das mulheres na AMAN é diferente a depender do indicador utilizado.

- De um lado, os resultados acadêmicos das cadetes representam um elemento positivo de sua integração, mostrando sim que possuem o desempenho afim de concorrer em pé de igualdade com seus pares masculinos. Com a possível exceção do seu desempenho em testes físicos, onde aprimoramentos ainda podem, e devem, ser realizados; e parecem fornecer estímulo a maiores transformações na instituição, a saber, a maior inclusão de mulheres tornando num futuro próximo, um concurso de entrada sem distinção de sexo entre vagas e isonomia nos processos físicos.
- De outro lado, reações dos cadetes de sexo masculino frente a suas novas colegas apontam para a persistência de alguns problemas. Alguns parecem ser fundamentados no acesso mais difícil a cursos e qualificações; outros, na influência de papéis tradicionais de gênero. Essa desconfiança culmina em atitudes nem sempre positivas quanto à presença de mulheres na instituição, particularmente no que concerne um eventual papel de liderança de mulheres no âmbito militar. Mas o lado positivo é que esse comportamento seja modificado até sua extinção, visto que os alunos atuais já estão acostumados com a presença feminina desde os anos iniciais de ensino militar.

Mesmo com os resultados acadêmicos satisfatórios das cadetes, seria a participação feminina na AMAN uma potencial fonte de problemas no futuro? Dito de outra forma, seriam as mudanças acarretadas por essa participação prejudicadas pela reação negativa à presença feminina na instituição?

Acreditamos que não. A participação feminina na AMAN tem um efeito positivo ao suavizar preocupações pregressas sobre a competência das mulheres em um ambiente militar, por serem as mulheres, como Júnior Santos (2018) definiu, o “oposto do soldado”. Mas conforme as entrevistas demonstraram, é necessário reforçar a necessidade de isonomia, já existente, em todas as etapas. Essa mudança de postura, iria funcionar naturalmente

como uma espécie de “peneira” para realmente demonstrar os candidatos que possuem interesse, intelecto e, sobretudo, capacidade física que a carreira militar exige.

Ao mesmo tempo, a abertura de mais vagas e cursos às mulheres permitirá às novas ingressantes encontrarem um ambiente mais acolhedor, o que possibilitará a redução dos efeitos negativos associados da recepção nem sempre positiva dos cadetes homens. Essa recepção não tão positiva quanto esperava, ocorreu pelo aspecto demonstrado nas entrevistas. À medida que as alunas das primeiras turmas adentraram os muros da AMAN, ainda haviam turmas predominantemente masculinas de anos anteriores que estavam finalizando seus estudos. Estes alunos, ainda não possuíam a experiência de dividir aquele espaço majoritariamente masculino com mulheres de diferentes vivências. Entendemos ainda que, com mais oportunidades e uma maior presença, o efeito geral será de uma naturalização da presença feminina, semelhante ao visto na esfera acadêmica, o que também contribuirá a reduzir os efeitos da atitude negativa de parte dos cadetes masculinos.

O exemplo fornecido por Ávila (2021) mostra até que ponto, entretanto, pode se tornar complicado desvincular determinados aspectos da liderança militar de seus apetrechos masculinos, de modo a torná-los mais neutros do ponto de vista de gênero. As políticas orientadas para promover a maior inclusão das mulheres no oficialato devem, portanto, passar não apenas pelo seu incremento numérico, mas focar também na qualidade dessa integração.

Para tal, esforços devem ser feitos para tornar os critérios de avaliação dos cadetes cada vez mais objetivos e neutros de um ponto de vista de gênero, de modo a reduzir elementos subjetivos que possam ser influenciados pelos papéis de gênero. Naturalmente, o incremento numérico não pode ser deixado de lado, já que pode favorecer a criação de um ambiente mais acolhedor para futuras cadetes.

Naturalmente, estas conclusões têm limitações de natureza metodológica. A saber, o horizonte de tempo relativamente recente para o ingresso das mulheres na AMAN limita a avaliação dos efeitos positivos e negativos desse processo, tanto para as cadetes como para a instituição de maneira mais ampla. Visto que teremos um resultado claro para observação **apenas** com a chegada das primeiras cadetes **formadas pela AMAN**, como instrutoras:

(...) Formadas no passado elas já estarão de volta para comandar pelotão para ajudar na formação. É bom passar a percepção delas. Que é interessante, né? Analisar como que a percepção de uma das primeiras cadetes mostrando essa dificuldade. “Eu sei, eu tive. Vou apoiar ou não, essa dificuldade de corpo mole é nada disso. Não passeio por nada disso.” Então assim, esse projeto, ele tem a tendência dele que é de, com o tempo, ele vai se refinando e vai assentando. Eu acredito, na minha opinião, que vai combinar naturalmente daqui a alguns anos, na escolha das armas mais abrangente. (EH2)

O caráter relativamente restrito deste estudo também limitou as entrevistas que gostaríamos de ter aplicado também para as lideranças da AMAN, de modo a entender de maneira mais aprofundada as transformações vivenciadas por estes atores. Que isto sirva como um estímulo para quem desejar retomar este assunto e acrescentar esses aspectos que infelizmente não puderam agregar nessa pesquisa.

Ainda assim, a pesquisa evidencia que, se é possível falar de mudanças nas linhas onde houve maior presença feminina, essa mudança vem acompanhada de uma resistência que busca reafirmar o espaço da AMAN como masculino.

Dessa fora, a ampliação dessas mudanças requer reformas para além da simples expansão das vagas. Foi recomendado, como parte de nossas conclusões através das percepções dos instrutores entrevistados em 2022, a reformulação de alguns dos critérios de avaliação das competências das cadetes, critérios estes informais, mas que podem influenciar em promoções e no acesso das cadetes às posições de liderança. Tais reformulações precisam perguntar: este critério está medindo um bom militar ou apenas um bom homem ou mulher? Esperamos assim que a participação feminina não seja apenas cosmética; e que sua inclusão resulte na verdadeira ampliação do acesso à liderança militar de profissionais competentes de ambos os gêneros, através de critérios cada vez mais justos de seleção.

Vemos com otimismo as possíveis ramificações deste trabalho para as Ciências Militares. Entendemos que as conclusões tiradas deles poderão ser utilizadas em estudos comparativos com outros países que também estiverem ampliando a participação de mulheres em instituições voltadas para o oficialato. Ao mesmo tempo, é um estudo que quase naturalmente necessitará ser atualizado, à medida que o acesso das mulheres for ampliado na AMAN para novas linhas e com a chegada de novas turmas. Também é possível que estudos feitos com questionários diferentes cheguem a outras conclusões

quanto aos desafios da participação feminina, possibilidade que acolhemos com entusiasmo.

A história da participação das mulheres nas Forças Armadas está longe de ser encerrada. Afinal, elas sempre foram lutadoras. Faltava apenas a farda.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMSON, Larry. WestPoint Women: a natural pattern or a camouflage ceiling? Out. 2013. Disponível em <NPR.org>. Acessado em 16 de abril de 2021.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. A guerra não tem rosto de mulher. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.

ANGHER, Anne Joyce e SIQUEIRA, Luiz Eduardo Alves de. Dicionário Jurídico. 6ª ed. São Paulo: Rideel, 2002.

ÁVILA, J. A LIDERANÇA DA MULHER DA LINHA COMBATENTE DO EXÉRCITO BRASILEIRO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Militares. 2021.

BAQUIM, C. A. Mulher e piloto: o caso das pioneiras da aviação militar brasileira. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 1, 2007, São Carlos. Anais eletrônicos... Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

BARRETO, A. A Mulher do Ensino Superior. Distribuição e Representatividade. Rio de Janeiro: Cadernos do GEA, n. 6, jul/dez 2014.

BARROS, Márcio de Moura. Intendência do Exército. A Defesa Nacional Nº 781, 1998. Disponível em <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/download/6977/6017>. Acessado em 16 de abril de 2022.

BARROSO, C; MELLO, G. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, n. 15, 1975. Pp. 47-77.

BATTISTELLI, Fabrizio. "Peacekeeping and the Postmodern Soldier." Armed Forces and Society, v. 23, n. 3, 1997. Pp. 467-84.

BERNARD, H. R. Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

BORGES, Ana Carolina; NUNES, H. M. Entrevista com Monique Sochaczewski. MOSAICO (RIO DE JANEIRO), v. 8, 2017. Pp. 477-495.

BRASIL. Constituição. Lei Nº 12.705, de 8 de agosto de 2012. Lei de requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército. Brasil. Ministério da Defesa, 2012.

_____. _____. Lei Nº 6.807, de 7 de julho de 1980. Cria o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), e dá outras providências. Casa Civil, 1980.

_____. Decreto nº 14.385, de 1º de Outubro de 1920. Dispõe a Aprova do regulamento para o serviço de Intendência, da Guerra. Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/10/1920, Página 16742 (Publicação Original).

_____. Exército Brasileiro. Lei Nº 9.789, de 8 de fevereiro de 1999. Lei de Ensino do Exército. Brasil: Ministério do Exército, 1999.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Manual de Fundamentos do Exército EB20-MF-10.101. 2014.

_____. Plano do Projeto de Inserção do Sexo Feminino na Linha de Ensino Militar Bélico do Exército Brasileiro. DECEX. Rio de Janeiro, 2013b.

_____. Página eletrônica oficial do Exército Brasileiro. A História da Mulher no Exército. Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/ingresso/mulheres-no-exercito/-/asset_publisher/6ssPDvxqEURI/content/a-historia-da-mulher-no-exercito. Acesso em 07 março de 2021.

_____. Página eletrônica oficial do Exército Brasileiro. Primeiras mulheres ingressam na carreira de oficial combatente do Exército. Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/midia-impressa/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/lZ4bX6gegOtX/content/primeiras-mulheres-ingressam-na-carreira-de-oficial-combatente-do-exercito. Acesso em 07 março de 2021.

_____. Página eletrônica oficial da AMAN. Como ingressar. Disponível em: <http://www.aman.eb.mil.br/acoes-e-programas>, 27 de março de 2020. Acesso em 07 março de 2021.

_____. Página eletrônica oficial da AMAN. REVISTA ANUÁRIO. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/AAMAN/issue/view/830/110>. Acesso em 07 março de 2021.

_____. Página eletrônica oficial do Exército Brasileiro. O Material Bélico do Exército Brasileiro. Disponível em: [http://www.eb.mil.br/documents/10138/4778855/Mat_Bel_2014_Versao_Final\(2\).pdf/c2a7f5a2-952b-4b51-94ff-34dcf6871d55](http://www.eb.mil.br/documents/10138/4778855/Mat_Bel_2014_Versao_Final(2).pdf/c2a7f5a2-952b-4b51-94ff-34dcf6871d55). Acesso em 12 março de 2022.

_____. Instituto Militar de Engenharia - IME. Página eletrônica oficial do IME. NOTIME - NOTICIÁRIO DO INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA, 1997. Disponível em: www.ime.eb.mil.br/arquivos/Notime/notime07_Ago_1997.pdf. Acesso em 07 março de 2021.

CARREIRAS, Helena. Gender and the Military: Women in the Armed Forces of Western Democracies. 1ª edição. Oxon: Routledge, 2006.

CARREIRAS, Helena. Mulheres em armas: a participação militar feminina na Europa do Sul. Lisboa: Edições Cosmos. Instituto da Defesa Nacional, 2002.

CARREIRAS, Helena. Diversidade Social nas Forças Armadas: Género e Orientação Sexual em Perspectiva Comparada. Lisboa: Edição 2ª Série; Nº 107 (Primavera 2004). Instituto da Defesa Nacional, 2004.

CARVALHO, C. S. Casa-caserna: um percurso diferenciado na vida das mulheres militares, 1990. 222 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1990.

CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. 2ª edição revisada. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CASTRO, Celso; MONNERAT, Silvia. Por uma etnografia dos dados: a propósito de uma investigação sobre o perfil social dos militares brasileiros. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 91, 2018. Pp. 9-22.

CHANLAT, Jean-François (Org). O Indivíduo na organização, volume I. São Paulo: Atlas, 1996.

COSTA, Ivana Mara Ferreira. A presença de mulheres Militares na Minustah: contexto, Expectativas e repercussões, in *Revista Doutrina Militar Terrestre*. 2018.

D'ARAÚJO, M. C. Mulheres e questões de gêneros nas Forças Armadas. Disponível em: <<http://www.resdal.org/producciones-miembros/redes-03-daraujo.pdf>>. Acesso em: 15 de março de 2021.

DENZIN, Norman. An Introduction to triangulation. Switzerland: UN-AIDS, 2010.

DE OLIVEIRA, George Alberto Garcia. O Processo de Criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2016.

DE PRIVITELLIO, L. (2010). El Ejército entre el cambio de siglo y 1930: burocratización y nuevo estilo político. *La construcción de la Nación Argentina. El rol de las Fuerzas Armadas. Debates históricos en el marco del Bicentenario 1810–2010* (pp. 205–216). Ministerio de Defensa: Argentina, Buenos Aires.

DUNBAR, Cynthia: Toward a Gender-Blind Military. In: *Harvard International Review*, v. 15, n. 19, 1992.

FIALA, Irene Jung. *Unsung Heroes: Women's Contributions in the Military and Why Their Song Goes Unsung*. In: CARREIRAS H., KUMMEL G. (eds) *Women in the Military and in Armed Conflict*. VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2008.

FLICK, Uwe. *Qualidade na pesquisa qualitativa*. Roberto Cataldo Costa (Trad.). Coleção Pesquisa Qualitativa, São Paulo: Bookman; Artmed, 2009.

FRIEDMAN, Barbara. 'The Soldier Speaks': Yank Coverage of Women and Wartime Work. In: *American Journalism*, v. 22, n. 2, 2005. Pp 63-82.

GERRING, John. The Case Study: What it is and what It does. In: Boix, Carlese Stokes, Suzan C. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford de Nova York: Oxford University Press, 2007.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, J. C. Caxias e as mulheres-soldado: um estudo sobre “o teto e o piso de vidro” para as mulheres no Exército Brasileiro. In: GASTALDO E. L.; LOPES M. S. S.; VIEIRA R. C. A. (Org.). *Mulheres na sociedade*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, 2016. Pp 92-104.

HACKER, Barton. Women and Military Institutions in Early Modern Europe: a Reconnaissance.” *Signs* v. 6, n. 4, 1981. Pp 643–71.

HAMPF, M. Michaela. 'Dykes' or 'Whores': Sexuality and the Women's Army Corps in the United States during World War II. In: *Women's Studies International Forum*, v. 11, n. 1, 2004. Pp 13-31.

HARRIES-JENKINS, Gwyn. *Women in Extended Roles in the Military: Legal Issues*. 2002.

ISKRA, Darlene et al. *Women's Participation in Armed Forces Cross-Nationally: Expanding Segal's Model*. 2002.

JÚNIOR, Geraldo. *As mulheres combatentes no Exército Brasileiro: adaptação inicial e novas possibilidades para o sexo feminino na Linha Militar Bélica*. 2018. 108f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) -Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2018.

KRAMER, Mark. Breakable Rules for Literary Journalists. In: SIMS, Norman.; KRAMER, Mark. (Ed.). *Literary journalism: a new collection of the best American nonfiction*. New York: Ballantine Books, 1995. p. 21-34.

LANNES, Suelen. *A Inserção da Mulher no Moderno Exército Brasileiro*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 2, Niterói, 2008.

LEONARD, Patrick. J. Ann Bailey: Mystery Woman Warrior of 1777. *Minerva. Quarterly Report on Women in the Military* XI(3/4).1993. Pp 1-4.

LIU, Jieyu. *Gender and Work in Urban China: Women workers of the unlucky Generation*. 1ª edição. Abingdon, Inglaterra. Routledge, 2007.

LIMA, Edvaldo Pereira. *O jornalismo literário e a academia no Brasil: fragmentos de uma história*. *Famecos*, v. 23, n. 1. 2016. Pp. 1-19/

LOPES, Ernesto Isaacodette Dutra Pereira Batista. *A Escola de Intendência: Um resgate do papel da Missão Militar Francesa na reorganização da Intendência do Exército Brasileiro*. *Revista do Exército Brasileiro* v. 155 n. 2. 2019.

MARTINEZ, Monica. Reflexões sobre jornalismo e história oral: um campo com mais convergências do que dissonâncias. *Revista Observatório*, v. 2, n. 1, 1 maio 2016, p. 75

_____, _____, & HELLER, B. (2020). A guerra não tem rosto de mulher: Svetlana Aleksievitch reescreve a Segunda Guerra Mundial. *E-Compós*, 23. <https://doi.org/10.30962/ec.1990>.

McElroy, Cheryl (1994): Women at War? World History Is Full of Examples. In: Army Times, 8 August, 35.

MELO, Thaís Barrozo (2017). Problemas de mulher: um estudo etnográfico sobre a inserção feminina na escola naval brasileira. Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais. FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

MEYERSON, D; MARTIN, J. Cultural change: an integration of three different views. Journal of Management Studies, v. 24, n.4, 1987. Pp 623–647.

MIJS, J. The paradox of inequality: income inequality and belief in meritocracy go hand in hand. Socio-Economic Review, 2019. Pp. 1-29.

MOSKOS, Charles. From Institution to Occupation: Trends in Military Organization. Armed Forces & Society, 1977. Pp 41-50

_____, _____. Institutional/Occupational Trends in Armed Forces: Na Update. Armed Forces & Society, v.12, n. 3, 1986, Pp.377 - 382.

_____, _____; WILLIAMS, John Allen; SEGAL, David R. Armed Forces after Cold War. Oxford: Oxford University Press, 2000. Cap. 1 e 14.

OBRADOVIC, Lana. Comparative Analysis of Women’s Military Participation in East Asia. Res Militaris, ERGOMAS, n.1, Women in the Military, Part One, Setembro, 2015.

ONU, Organização das Nações Unidas. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. New York, 2015.

PASCAL, Maria Ap (2006). As Mulheres e a Guerra do Paraguai. Mackenzie, São Paulo. PERROT, Michelle. 2007. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto.

PODCAST BRAÇO FORTE: Brasil: episódio 25: 75 anos da FEB, a participação das mulheres na 2ª Guerra Mundial. [Locução de]: Dra Margarida Maria Rocha Bernardes. [S.l.]: Spotify, 12 mar. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4f77t1AKCfCH1TtpZgsSVP>. Acesso em: 5 mar. 2021.

SANTANA, E. V. S.; SILVA, F. A. G. ; ROCHA, B. L. . A Participação Feminina nas Forças Armadas Brasileiras e seus Desafios Contemporâneos. In: Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, 2019, Rio de Janeiro. XVI Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, 2019.

SANTOS, Lauciana Rodrigues. A participação das mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: um debate contemporâneo. PPGCS/ Unesp. Marília-SP. 2014.

_____. Da roseta as estrelas: um debate sobre a representação feminina na marinha brasileira. 2014. 212 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014.

SCHMITT, V. G. H.; PINTO COSTA, R.; MORETTO NETO, L. Desvendando a administração em ambientes militares. Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares, n. 27, 19 nov. 2012.

SCHWETHER, N.D. (2016). Agora é que são elas: desvendando o processo de incorporação das mulheres nas Forças Armadas de Brasil e Argentina. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

SEGAL, David R. & SEGAL, Mady. Change in military organization. *Annual Review of Sociology*, V. 9, 1983. p. 151-170.

SEGAL, Mady W. Women's Military Roles Cross-Nationally – Past, Present and Future." *Gender and Society* v. 9, n. 6, 1995: pp. 757–775.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 20, aug. 2002. Pp. 60-70. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000200005&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 15 Mar. 2021.

SILVA, F e XAVIER, I. INSERÇÃO DO SEGMENTO FEMININO NA LINHA DE ENSINO MILITAR BÉLICA. Sociedade Educacional Leonardo da Vinci.

SILVEIRA, C. de C. As mulheres na Marinha do Brasil. [Rio de Janeiro, 2004]. Não Publicado.

SMITH, David G.; ROSENSTEIN, Judith E. Gender and the military profession: Early career influences, attitudes, and intentions. *Armed Forces & Society*, v. 43, n. 2, 2017. p. 260-279.

SOUZA DANTAS, Valná; DE LIMA MENDES JÚNIOR, Walcler. Mulher revolucionária: representações conflitantes. *Anais da Semana de Design da Ufal 2018*, v. 2, 2018.

UNITED STATES MILITARY ACADEMY WEST POINT. Fact Sheets. United States Military Academy West Point, 2021. Disponível em: <https://www.westpoint.edu/about/public-affairs/news/fact-sheets>. Acesso em 16 de abril de 2021.

VINUTO, J. A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: Um Debate em Aberto. *Temáticas*, Campinas, Sp, V. 22, N. 44, 2014, P. 203–220.

WHYTE, William F. Sociedade de esquina. *Street corner society: A Estrutura Social de uma Área Urbana Pobre e Degradada*. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WILLIAMS, Noel St. J. *Judy O'Grady and the Colonel's Lady – the Army Wife and Camp Follower Since 1660*. London: Brassey's. 1988.

YIN, R. K. *Case study research: design and methods*. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2002.